

**SINDICALISMO:
UGT COMEMORA DIA
DO TRABALHADOR COM
SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

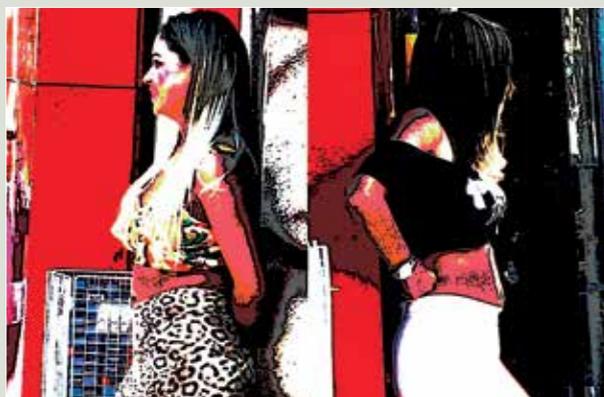


**SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM TELECOMUNICAÇÃO NO ESTADO
DE SÃO PAULO (SINTETEL)
FILIA-SE À UGT**



**TRÁFICO
HUMANO É
CRIME!**

**A arma para este combate
é a conscientização.**



TRÁFICO DE PESSOAS. Pág. 28

SINETEL FILIA-SE À UGT 4
 COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO COMEMORA 73 ANOS 6
 UGT PARTICIPA DA 36ª CONVENÇÃO DA UAW 10
 UGT FORTALECE AÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO 14
 NOVA QUEDA DO SETOR INDUSTRIAL 16
 PARA ONDE VAI O DINHEIRO DO FUST? 18
 A FÉ DOS MOTORISTAS E VIAJANTES 19
 FÓRUM PAN-AMAZÔNICO 20
 BRICS 24
 MOBILIDADE URBANA: TRANSPORTE SOBRE TRILHOS 32
 UGT PROMOVE SEMINÁRIO INTERNACIONAL 36
 POPULAÇÃO TERÁ ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PLENA 38
 SITUAÇÃO DOS JOVENS NEM-NEM 40
 BRASILEIRO PRESIDE MAIOR ENTIDADE SINDICAL DO MUNDO 42
 A UGT JOVEM E A LUTA PELO TRABALHO DECENTE 44
 COMIDAS DE RUA SÃO LIBERADAS EM SÃO PAULO 46
 IMIGRAÇÃO: UM SONHO QUE CAI POR TERRA 48
 AS MIGRAÇÕES E O DIREITO DOS TRABALHADORES 52
 SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS 54
 MOVIMENTO SINDICAL PERDE UM GRANDE GUERREIRO 55
 SAÚDE DO HOMEM 56
 SETRAB CONTINUA EM GOIÁS 58
 FRENTE PARLAMENTAR COMERCIAL DO PARÁ 59
 NOVOS FILIADOS CONSOLIDAM CRESCIMENTO DA UGT 60
 UGT-ES NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO 62
 REGIONAL NOROESTE DA UGT-PR REALIZA PLENÁRIA 64
 SINECOFI REELEGE PRESIDENTE 65
 ELEIÇÕES 2014 66
 ENTREVISTA: OTTO ROBERTO DE ALENCAR 67
 MANIFESTAÇÕES: É TEMPO DE MUDANÇA 68

É HORA DE CONSOLIDAR A DEMOCRACIA



A hora do voto é o momento mais importante da nossa democracia. É nas urnas que escolhemos nossos representantes e decidimos o futuro do município, do Estado e do País.

Após a redemocratização, desde 1989, passamos a escolher de forma direta o presidente da República. Essa eleição coincide também com a dos governadores dos estados, deputados federais, estaduais

e distritais e senadores da República.

Nas mãos dos candidatos eleitos estão os rumos da nossa economia, os desafios da saúde e da educação, as melhorias do transporte público e tudo mais o que nos afeta enquanto cidadãos.

Por isso, precisamos escolher nosso candidato com muito cuidado, prestando atenção nas suas propostas e trajetória pessoal e, principalmente, no nosso caso, se ele está comprometido com a classe trabalhadora.

Ser famoso, engraçado, esportista ou celebridade instantânea não habilita ninguém a ser um bom governante, mas também não significa que não podem ser. Assim como aqueles políticos que estão há anos no poder. Tempo de serviço não é qualidade de bom trabalho.

Nesse ano, a eleição brasileira tem algo de muito particular. Se as pesquisas de intenção de voto se confirmarem, duas mulheres irão disputar, no segundo turno, a presidência da República. Isso diz muito sobre a sociedade que estamos construindo e sobre tudo o que já evoluímos no sentido da valorização das mulheres. Votar é um dos mais legítimos direitos do cidadão e a consolidação do processo democrático.

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente

Ricardo Patah

Conselho editorial

Antonio Carlos Reis
 Enilson Simões de Moura
 Laerte Teixeira da Costa
 Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
 Lourenço Ferreira do Prado
 José Roberto Santiago
 Davi Zaia
 Severino Ramos
 Canindé Pegado
 José Moacyr Pereira
 Francisco Pereira de Souza Filho
 Benedito Antonio Marcelo
 Otton da Costa Mata Roma
 Marcos Afonso de Oliveira
 Valdir Vicente de Barros
 Mônica da Costa Mata Roma
 Eleuza de Cássia Buffeli Macari
 Josineide de Camargo Souza

Secretário de Imprensa da UGT

Marcos Afonso de Oliveira
MTb 62.224

Jornalista Responsável

Mauro Ramos
MTb 11.875

Edição

Elaine Gazozni

Redação

Fábio Ramalho
 Giselle Corrêa
 Joacir Gonçalves
 Mariana Veltri

Programação Visual, artes e diagramação

Antonio Laudate

Fotos

FH Mendes / Arquivo da UGT

Revisão

Ana Castanho



UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) pelos países que formam o BRICS (África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia), durante a Cúpula de Chefes de Governo e de Estado dos Países do BRICS em Fortaleza, traz para o mundo uma nova ordem econômica. Ele nasce com um capital de US\$ 50 bilhões e é um passo importante na política e na economia internacional, pois será uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI), criado após a 2ª Guerra Mundial para socorrer países. O peso econômico do NBD é inegável, pois o PIB dos países que compõem sua direção equivale ao da União Europeia.

Mas é também importante que o NBD não se transforme num FMI, que sufoca os países por onde passa, deixando um rastro de desemprego, inflação e degradação de vida para os trabalhadores. Por essa razão, com a criação do BRICS Sindical, desde já, defendemos que os trabalhadores tenham uma participação ativa na direção do banco, além de oferecerem sugestões para que o BRICS não se transforme numa ação mercantilista e de interesse de empresários.

Os países do BRICS têm muito em comum. O desempenho econômico, levando-se em consideração a variação do Produto Interno Bruto



(PIB), cresce acima do restante do mundo. No entanto, em se tratando da classe trabalhadora, eles apresentam um desempenho diferenciado. Dessa forma, é importante que o BRICS Sindical, com seu olhar cidadão, tenha a capacidade de influir nas decisões do bloco, evitando que os trabalhadores fiquem à margem da cidadania. Isso significa exigir empregos de qualidade, o fim da precariedade, do trabalho infantil e que o crescimento econômico contemple também os trabalhadores, principalmente nos países que terão acesso aos recursos do NBD.

No século XXI, o mundo está passando por rápida mudança em sua geopolítica e os países que formam o BRICS precisam ter um desempenho ativo, como motores do crescimento econômico produzidos com recursos do NBD. Devem ser capa-

zes de reduzir o desequilíbrio no desenvolvimento econômico global e promover a inclusão social.

Portanto, para ser uma nova ordem mundial com foco social e não meramente uma ação mercantilista, é necessário que os países do BRICS, financiados com recursos do NBD, avancem nas políticas públicas que favorecem a distribuição de riquezas, a segurança alimentar e energética de nossas nações e que aumentem os esforços conjuntos no campo de estudos e pesquisas sobre mercados laborais. Para que isso seja possível de ser atingido, o Novo Banco de Desenvolvimento terá um papel fundamental, buscando ampliar o investimento no setor produtivo e na infraestrutura.

Isso é necessário porque ainda existem diferenças na classe trabalhadora nos países que formam o BRICS. Por essa razão os nossos objetivos não podem ser apenas um sonho. Eles se transformarão em realidade se todos os esforços no sentido de dialogar e contribuir na consolidação da implantação do NBD forem implementados e isso for capaz de promover, entre os pontos que defendemos, a transição do trabalho na economia informal para a formal, como consta em nossos princípios na Declaração de Fortaleza, divulgada durante a realização do III Fórum do BRICS Sindical.

SINETEL filia-se à UGT

Os associados e a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação no Estado de São Paulo (Sintetel) decidiram se desfiliar da Força Sindical e ingressar na União Geral dos Trabalhadores (UGT). A decisão foi tomada em assembleia realizada na sede da entidade, em São Paulo, no fim de junho.

Durante a reunião que selou a troca, a direção do Sintetel fez questão de deixar clara a boa relação com a Força Sindical, cuja parceria durou 20 anos, e esclareceu que a mudança para UGT se deve ao fato de a Central ser mais voltada ao setor de serviços, o que a aproxima dos objetivos do Sindicato.

“Não houve qualquer motivo político ou racha com a Força que fizesse o Sintetel tomar tal decisão. Após longa reflexão, a direção do Sindicato propôs aos associados a mudança por achar a UGT mais próxima de nosso setor”, explica Almir Munhoz, presidente do Sintetel.

A diretoria do Sindicato se diz convicta de que a Força Sindical tem muitas qualidades e por isso caminharam lado a lado durante todos esses anos. Entretanto, avaliou que chegara o momento de mudar e se aproximar de uma central que tem

Central que mais desenvolve ações voltadas para o setor de serviços no Brasil fortalecerá a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em telecomunicação também no Estado de São Paulo

em sua pauta de lutas questões exclusivas do setor de serviços, que consiste em 90% da categoria.

Segundo a direção do Sintetel, o Sindicato continuará lutando em sintonia com todas as demais centrais em defesa da pauta trabalhista, que envolve questões cruciais para a vida do trabalhador brasileiro, tais como a diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários, o fim do Fator Previdenciário, a correção da Tabela do Imposto de Renda, entre outras importantes reivindicações.

De acordo com Almir Munhoz, a entidade tem muito a contribuir para o crescimento da UGT. “Somos o maior sindicato em telecomunicações das Américas, com a representação de mais de 250 mil trabalhadores”, explica.

Fundado em 15 de abril de 1942,



o Sintetel representa os trabalhadores em todo o Estado de São Paulo de empresas como Telefonica/Vivo, Embratel, Claro, TIM, Atento, Con-tax, Tivit, Icomon e TEL.

Almir destaca que o Sintetel representa toda a cadeia produtiva do setor, o que engloba os trabalhadores em teleatendimento, operadoras, prestadoras e instaladoras. “Nesses 72 anos de história, acumulamos diversas conquistas, tornando-nos pioneiros em muitas delas. Lutamos e conseguimos o Abono de Natal quando não existia 13º salário, 30 dias de férias quando eram disponibilizados apenas 20, e a redução da jornada de trabalho das telefonistas para 6 horas diárias”, destaca Almir.

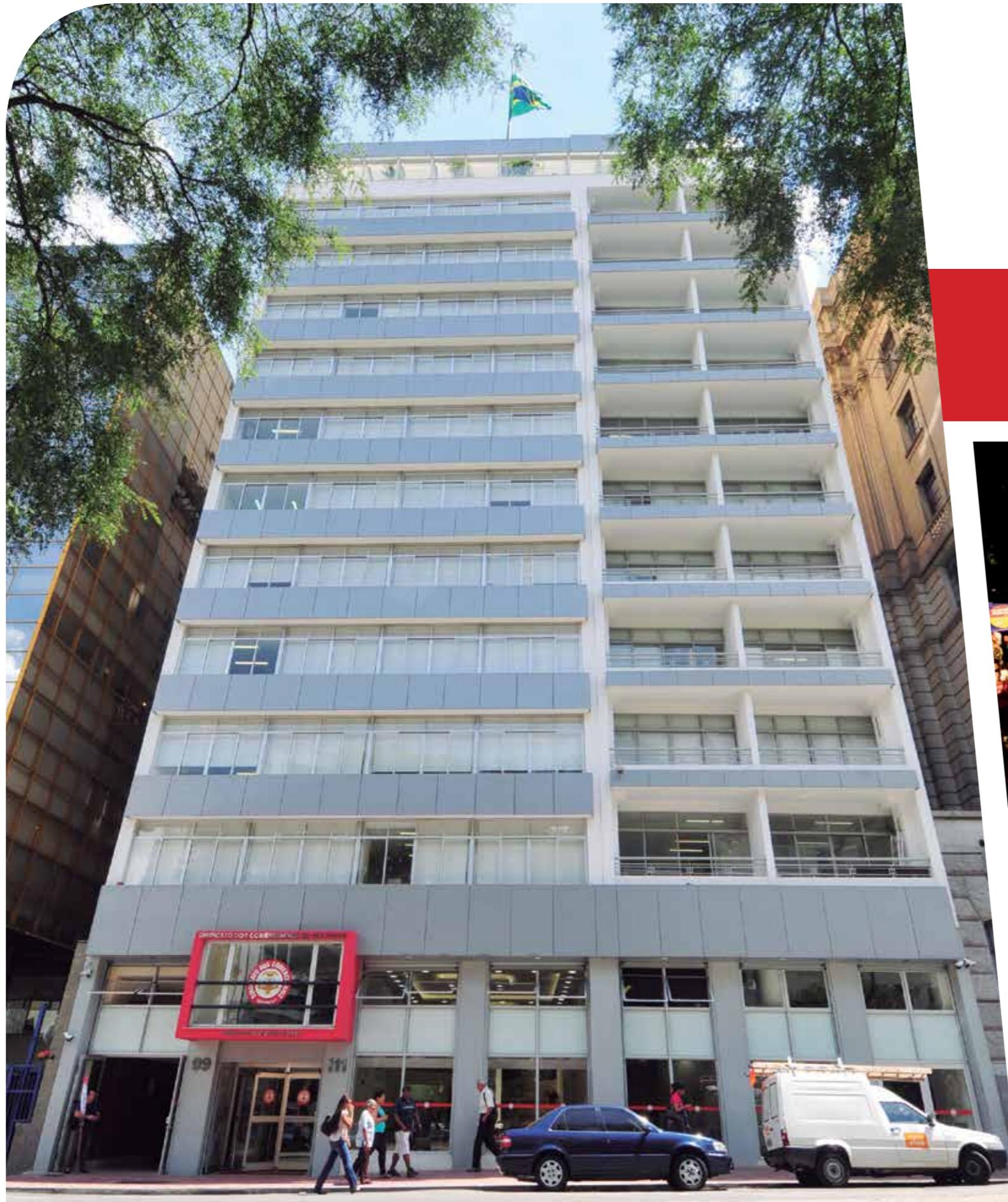
O presidente da UGT, Ricardo Patah, mostrou respeito pelo histórico de conquistas do Sintetel ao lon-

go dos anos. “É essa experiência de luta, garra e determinação que os companheiros do Sintetel estão trazendo para a UGT. Sei que chegarão para somar, agregar e ajudar a construir uma nova página do sindicalismo brasileiro”, disse.

A partir de agora, o Sintetel se une a outros sindicatos do setor de telecomunicações como os do Paraná, de Santa Catarina, Campos (Norte Fluminense), Mato Grosso do Sul, do Acre, de Roraima e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Instalações Telefônicas do Paraná, todos eles já filiados à UGT e também à Fenattel – Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecom. “Por isso, temos certeza que fizemos uma sábia decisão. Filiados à UGT, seremos ainda mais fortes”, conclui Almir Munhoz.



O presidente do SINETEL, Almir Munhoz (esquerda), afirma que a união com a UGT tornará o Sindicato mais forte. Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, resalta a importância da experiência e determinação que o Sindicato está trazendo para a Central



Sindicato dos Comerciários de São Paulo comemora

73 ANOS DE LUTAS



Este ano, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo completou 73 anos.

Fundado em 15 de maio de 1941, sua primeira diretoria foi presidida por Sylvio de Oliveira Dorta, em 1942.

Desde então, a entidade luta, diariamente, pelos direitos do comerciário paulistano para que ele trabalhe de forma justa e saudável e continue sendo o principal personagem do crescimento da economia brasileira.

E não são apenas direitos trabalhistas. O Sindicato enxerga o comerciário não somente como mais um trabalhador, mas como um pai ou uma mãe de família, um estudante, um jovem que representa o futuro da nossa nação, um cidadão.

Atualmente, a entidade representa mais de 500 mil trabalhadores e é o maior sindicato da América Latina.

ATUAÇÃO

A luta diária do Sindicato dos Comerciários de São Paulo se dá por meio de mobilizações realizadas pela equipe de militância, por campanhas, negociação de acordos coletivos, entre outras atividades. Trata-se do principal representante e defensor dos trabalhadores do comércio.





A entidade está sempre atenta à atuação das empresas e apura todas as denúncias que recebe dos comerciários. Ao serem identificadas irregularidades, sai às ruas em protestos, mar-

chas e manifestações, a fim de pressionar os patrões até que sejam revistos e cumpridos os direitos trabalhistas. Muitas vezes, o Sindicato faz até o papel do Governo ao oferecer a

seus associados serviços médicos variados, de primeira qualidade. Só em 2013, foram mais de 200 mil atendimentos.

ESTRUTURA

Sua estrutura é formada por uma sede, localizada no centro de São Paulo, oito sub-sedes espalhadas pelos principais polos comerciais da cidade, a fim de estar mais próximo do trabalhador, um ambulatório médico-odontológico, uma Colônia de Férias na Praia Grande e um Clube de Campo em Cotia.

A entidade oferece aos comerciários sindicalizados serviços como orientação jurídica, homologação, solicitação de aposentadoria, atendimento médico e odontológico, cursos, palestras, convênios com faculdades, entre outros.

Há uma secretaria voltada para a mulher; outra específica para a inclusão da pessoa com deficiência; um departamento de saúde e segurança que fiscaliza irregularidades no ambiente de trabalho; a secretaria da diversidade, que engloba ações relacionadas às políticas raciais, LGBT, etc.; um comitê para orientar



SERVIÇOS MÉDICOS VARIADOS PARA OS ASSOCIADOS



empresas e dar suporte a famílias de dependentes químicos; o Instituto Mutare que também assessora equipes gestoras de empresas na prevenção e solução de conflitos relativos ao consumo de álcool e drogas; além de uma diretoria de formação, es-

porte e cultura que desenvolve ações que visam oferecer aos comerciários, inclusive os já aposentados, acesso à cultura, à educação, ao entretenimento e ao esporte.

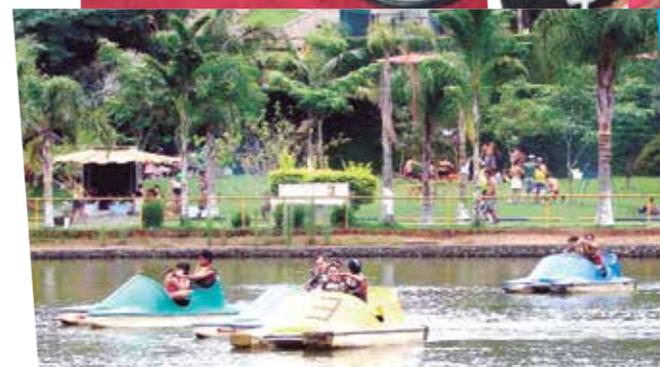
PRESIDÊNCIA

Ricardo Patah é o presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo desde 2003, mas está engajado na luta da categoria desde 1972, quan-

do teve seu primeiro emprego no comércio. Ele preside também a União Geral dos Trabalhadores (UGT), central à qual a entidade é filiada.

CONQUISTAS

Entre tantas conquistas do Sindicato, a maior aconteceu em 15 de março de 2013, quando comerciário deixou de ser função para ser profissão. Com essa regulamentação, o trabalhador do comércio passou a ter garantida a jornada de oito horas diárias ou 44 horas semanais de trabalho, que só podem ser alteradas a partir de convenção ou acordo coletivo e a data 30 de outubro foi oficializada como o Dia do Comerciário.



INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO, COMBATE A TODA FORMA DE PRECONCEITO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL SÃO ALGUMAS AÇÕES QUE O SINDICATO REALIZA NA LUTA DIÁRIA PELA VALORIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA COMERCÍARIA



PARA SABER MAIS SOBRE O SINDICATO DOS COMERCÍARIOS DE SÃO PAULO, ACESSE: www.comerciarior.org.br



UGT PARTICIPA DA 36ª CONVENÇÃO DA UAW

Mais de mil delegados dos Estados Unidos, além de 43 delegados internacionais, estiveram, entre os dias 01 e 05 de junho, na 36ª Convenção do United Automobile Workers (UAW), um dos maiores e mais diversificados sindicatos da América do Norte

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) esteve presente na Convenção, que aconteceu em Detroit, EUA, com uma delegação composta por Ricardo Patah, presidente; o Secretário de Relações para as Américas, Sidnei de Paula Corral; Marcos Afonso Oliveira, secretário de Comunicação e Imprensa; Marcos Gimenez Queiróz, secretário de Publicidade e Marketing; e os assessores Eduardo Pavão e Marina Silva.

Na abertura do congresso, com a apresentação dos delegados internacionais presentes, houve a votação das resoluções intituladas: "Agindo globalmente para ganhar justiça global" e "Paz e Direitos Humanos". Entre outras resoluções que foram aprovadas estiveram: "Construindo cidades da América", "Governança das corporações, reforçando nossa voz política, restaurando o pleno emprego", "Fim da fome na América" e "Voz para todos os trabalhadores". Elas versavam sobre negociação coletiva, justiça econômica, poder dos trabalhadores, saú-

de e segurança no local de trabalho, proteção social, diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades e empregos sustentáveis. A advogada e militante social Heather McGhee proferiu uma palestra sobre os desafios e os ataques ao trabalho nos Estados Unidos.

Representantes de outros sindicatos norte-americanos prestigiaram a convenção: Jim P. Hoffa, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, e Mary Kay, do Service



"Assim como acontece com as multinacionais, que não encontram fronteiras para se instalarem nos mais diversos países, a luta da classe trabalhadora também precisa ser globalizada", diz Ricardo Patah, presidente nacional da UGT



Employees International Union (SEIU), que organiza os trabalhadores na área da saúde, com mais de 1,1 milhões de filiados, incluindo os enfermeiros, médicos, técnicos de laboratório, assistentes de idosos e trabalhadores de cuidados em casa, que organiza também os trabalhadores do setor de serviços, com 225 mil membros na limpeza de edifícios, indústrias e segurança, incluindo porteiros, agentes de segurança, trabalhadores de manutenção e limpeza de janelas.

No encerramento da 36ª Convenção do UAW, realizada a cada quatro anos, foram eleitos os dirigentes internacionais, incluindo um novo presidente, secretário-tesoureiro, vice-presidentes e diretores regionais. Também foi realizada uma manifestação por mais justiça social e econômica e contra o desemprego.



Sindicalistas brasileiros participam da Convenção ao lado de representantes de diversos sindicatos norte-americanos

DIEGO RIVERA

O UAW promoveu a visita da delegação internacional ao Instituto de Artes de Detroit com o objetivo de apresentar aos estrangeiros a obra do artista plástico Diego Rivera, que pintou vários murais sobre a indústria em Detroit.

Diego foi um talentoso pintor mexicano associado ao Movimento Muralista. Comunista, foi muitas vezes criticado por criar pinturas consideradas controversas.

Pintor e desenhista, Diego Rivera foi uma das figuras mais importantes do movimento mural mexicano e ganhou reconhecimento internacional por suas enormes pinturas em murais públicos. Para ele, a pintura de cavalete era para a elite, era patrimônio de um só. Já o mural era patrimônio do povo.

Suas pinturas influenciaram diretamente os programas de Franklin Roosevelt (presidente dos EUA entre os anos 1933 e 1945) e centenas de artistas norte-americanos começaram a criar arte pública com consciência.



Delegação da UGT em visita ao mural feito pelo artista plástico Diego Rivera



DETROIT

Detroit é a cidade mais populosa de Michigan, nos Estados Unidos. Situada entre os lagos St. Clair e Erie, foi lá que Henry Ford, inspirado nos processos produtivos dos revólveres Colt e das máquinas de costura Singer, implantou a linha de montagem para a produção em série do Modelo T, revolucionando a indústria automobilística e tornando Detroit a capital mundial do automóvel. Atualmente, a cidade é sede das chamadas Big 3: General Motors, Ford e Chrysler.

A cidade foi fundada em 1701 por franceses e recebeu o nome de Fort Pontchartrain du Détroit (Détroit em francês significa estreito), tendo se desenvolvido ao longo do século XIX graças ao seu porto.

Detroit também é o berço dos direitos trabalhistas nos EUA. Na lógica de Henry Ford, quanto mais tempo livre os trabalhadores tivessem, mais produtos eles comprariam. Assim, ele implementou a jornada de 40 horas semanais, o pagamento de horas extras e o descanso remunerado.

Essa nova ideia de produção, que garantia os direitos dos trabalhadores e assegurava uma produção em massa e com baixos custos, recebeu o nome de Fordismo. Ford queria tornar o automóvel tão barato que todos poderiam comprá-lo.

Porém, para os trabalhadores, o Fordis-

mo não era tão interessante assim: trabalho repetitivo e desgastante, falta de visão geral sobre todas as etapas de produção e baixa qualificação profissional. Sem contar os baixos salários pagos como forma de reduzir custos de produção. Nesse cenário, as revoltas eram frequentes.

Uma delas foi a "Marcha da Fome", que aconteceu em 1932, durante a Grande Depressão, quando os desempregados giravam em torno de 25% da população, mas Henry Ford afirmou que não existiam problemas de desemprego. Cerca de 3 mil manifestantes protestaram e foram reprimidos com gás lacrimogênio, mangueiras de incêndio e balas. Cinco pessoas morreram.

Outra manifestação feita pelos trabalhadores foi a Batalha da Passarela, no dia 26 de maio de 1937. Os United Auto Workers haviam planejado a campanha "Sindicalismo, Não Fordismo", que exigia um salário de US\$ 9 dólares por hora (equivalente a 54 dólares por dia de seis horas) para os trabalhadores. A campanha foi planejada para o momento de mudança de turno, com uma expectativa de participação de 9 mil trabalhadores que entravam e saíam da fábrica. Enquanto sindicalistas pousavam uma foto, a pedido de um jornal da cidade, homens do Departamento de Segurança da Ford passaram a agredi-los, iniciando uma violenta batalha.

Nessas e em outras manifestações dos trabalhadores das indústrias automobilísticas a UAW esteve sempre presente e hoje é um sindicato internacional que organiza os trabalhadores da indústria automotiva, aeroespacial e de implementos agrícolas. É um dos maiores e mais diversificados sindicatos da América do Norte, com membros em praticamente todos os setores da economia.

A UAW tem mais de 390 mil membros ativos e mais de 600 mil membros aposentados nos Estados Unidos, Canadá e Porto Rico. São mais de 750 sindicatos locais com 2.500 contratos com cerca de 1.700 empregadores, representando trabalhadores em empresas multinacionais, pequenos fabricantes, governos estaduais e locais, faculdades, universidades e hospitais privados.

Sempre à frente de luta por justiça social, a Central apoiou Martin Luther King Jr. e Walter Reuther durante o movimento pelos direitos civis em 1960. Também participou da campanha pelo fim do "apartheid", na África do Sul, no começo dos anos 80, entre outras lutas que a UAW protagoniza até hoje, como a campanha internacional, que conta com o apoio da UGT, em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras das montadoras Nissan e Renault, do Mississippi.

UGT FORTALECE AÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundação da UGT-SP representa um momento histórico para a Central

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) realizou, em 23 de maio, seu Congresso Estadual de Fundação da UGT São Paulo. O evento contou com 650 participantes, representando 266 sindicatos, que correspondem a 40 diferentes categorias profissionais.

A UGT-SP tem como presidente Luiz Carlos Motta, que também é presidente da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo (Fecomercários), atualmente licenciado de ambos os cargos.

Motta afirmou que seu trabalho à frente da UGT estadual será direcionado não apenas para os comerciantes, mas para todas as categorias representadas pela UGT. Ele destacou também o crescimento ugetista que, atualmente, é a segunda maior central do País, e lembrou que essa expansão precisa se refletir na bancada de trabalhadores no Congresso Nacional.

“Essa é a prova do crescimento e maturidade política da UGT, que a caracteriza como a mais combativa, democrática e pluralista central sindical do Brasil”, afirmou o presidente da UGT nacional, Ricardo Patah. Segundo ele, desde a sua origem a Central se notabilizou por representar os excluídos e também os trabalhadores que se encontram na base

da pirâmide. “Por este motivo temos que apresentar respostas não apenas para questões ligadas ao mundo do trabalho, mas enxergando o trabalhador como um ser social. Por isso lutamos por políticas públicas na educação, saúde, segurança, habitação, entre outras. Lutamos pela defesa da democracia e pelo desenvolvimento sustentável com valorização do trabalho”, assegurou Patah.

Chiquinho Pereira, secretário licenciado de Organização e Políticas Sindicais da UGT, salientou que a Central trabalhou de forma diferente das outras instituições. Primeiramente, foram estru-

turadas todas as estaduais norte e nordeste, que são regiões mais necessitadas. “A fundação da UGT-SP coroa todo esse processo de representatividade ugetista nos estados da federação. Com isso, ganharemos uma estrutura extremamente forte e politizada, moderna e atual para dar seguimento à construção do projeto da UGT de apresentar uma nova proposta de fazer sindicalismo em nosso País, entendendo as mudanças que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, atendendo aos apelos pela atualização desta relação entre capital e trabalho em todos os sentidos”, explicou.

Para Almir Macedo Pereira, presidente do Sindicato de Cargas Próprias (Sindicapro), a fundação da UGT-SP é fundamental para a Central, já que o estado tem um peso e um papel importante no processo de organização e estruturação ugetista. Luiz Alves do Nascimento, secretário geral do Sindicapro, complementou a fala de Almir lembrando que a fundação da regional São Paulo acontece num momento de grande crescimento e desenvolvimento da Central, que já é a segunda maior entidade do País.

Segundo Nindberg Barbosa dos Santos, Presidente da UGT-AM, esta é uma Central que se destaca por não haver distinção entre os sindicatos filiados, ou seja, todos têm a mesma importância, independentemente do seu tamanho. Isso também se aplica entre as UGT's estaduais, por isso a fundação da UGT-SP fortalece ainda mais a Central como um todo. A partir do momento que em São Paulo um presidente pode exercer sua autonomia para deliberar sobre as necessidades regionais, automaticamente libera a diretoria nacional para focar apenas nas decisões macro e, assim, agrega e fortalece as outras estaduais.

Marcos Gimenez Queiroz, secretário de Publicidade e Marketing Institucional da UGT, enfatizou o momento histórico para a UGT nacional, uma vez que a Central ganha representação no mais importante estado do País, seja no setor econômico ou político, o que alavancará todas as ações realizadas pelas demais UGT's estaduais.

“Indiscutivelmente, São Paulo é a locomotiva do País. Aqui estão localizadas as maiores entidades sindicais e o fato de termos criado uma instituição forte no Estado significa que construímos uma base sólida para fortalecer a Central no Brasil inteiro”, diz Enilson Simões de Moura (Alemão), vice-presidente da UGT.



Dirigentes da Central comemoram a eleição do presidente da UGT São Paulo, Luiz Carlos Motta. Da esquerda para a direita: Chiquinho Pereira, Luiz Carlos Motta, Ricardo Patah, Enilson Simões (Alemão) e Canindé Pegado

ESTUDOS APONTAM NOVA QUEDA DO SETOR INDUSTRIAL

Trabalhadores não podem pagar a conta da desindustrialização brasileira



Segundo o dito popular, “quando a corda arrebenta, ela sempre estoura para o lado mais fraco”. É justamente isso que está acontecendo com o fenômeno da desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos e, neste caso, o lado mais fraco é a classe trabalhadora.

Conforme dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), numa comparação entre a produção industrial do mês de junho de 2013 e o mesmo período de 2014, houve uma queda de -1,4%. No total, a indústria apontou redução de -6,9%, que é a quarta taxa negativa seguida e a mais intensa desde 2009, que foi de -7,4%. Dos 24 ramos pesquisados, 18 apontaram resultados negativos e a indústria automobilística aparece no topo dessa lista. (Tabela 1)

Para Antonio Corrêa de Lacerda, doutor em economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP e professor

da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), é preciso analisar a estrutura e a conjuntura atual para se falar de desindustrialização. “Na conjuntura mais recente, a indústria vem caindo decorrente da crise argentina e do efeito Copa do Mundo, já que tivemos menos dias trabalhados. Junto a isso, você tem um processo de longo prazo que é o endividamento do consumidor, que diminui a venda nos comércios e influencia no setor, entre outros fatores, como as importações, câmbio desfavorável e não competitivo, crédito caro, burocracia, carência de logística e infraestrutura, ou seja, todo um cenário que faz com que as condições de se produzir no Brasil sejam as piores possíveis”, explica o docente.

Em todo esse processo, a classe trabalhadora é a que mais sofre, pois, segundo dr. Antonio salientou, analisando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Brasil tem saldo positivo de geração de emprego, mas, no se-

tor industrial, esse índice vem sofrendo constantes quedas. Isso reflete na economia do País e em toda a sociedade, já que a indústria paga os melhores salários. “Desta forma, a gente passa a gerar muitos empregos



“TRABALHADORES E TRABALHADORAS ESTÃO SENDO DEMITIDOS, O SETOR NÃO REAGE E, DA FORMA COMO ESTAMOS, A TENDÊNCIA É PIORAR”

Ricardo Patah

de baixa qualidade e baixa remuneração”, diz o economista.

O estudo do IBGE aponta também que, para os indicadores por Grandes Categorias Econômicas, o setor de Bens Capitais, que são aqueles que geram riquezas, tais como os equipamentos e instalações necessários para a produção de outros bens ou serviços, foi o que apresentou maior queda. (Tabela 2)

Este cenário preocupante mostra que o setor enfrenta problemas gravíssimos e que as soluções pontuais e ações emergenciais não resolvem. Para Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), independentemente das medidas que o governo irá adotar para

reverter esta situação, algo precisa ser feito imediatamente, até para que a classe trabalhadora não sofra ainda mais e para que a economia brasileira volte a crescer. “As indústrias são fundamentalmente importantes para a economia do País e para a população em geral. Não podemos aceitar calados o que

está acontecendo, pois trabalhadores e trabalhadoras estão sendo demitidos, o setor não reage e, da forma como estamos, a tendência é piorar”, explica Patah.

Tabela 2

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAÍ -1,4% EM JUNHO

| | |
|-------------------------|--------|
| Junho 2014 / Maio 2014 | -1,40% |
| Junho 2014 / Junho 2013 | -6,90% |
| Acumulado em 2014 | -2,60% |
| Acumulado em 12 meses | -0,60% |
| Média móvel trimestral | -0,90% |

Tabela 1

INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR GRANDES CATEGORIAS ECONÔMICAS - Brasil - Abril de 2014

| Grandes categorias econômicas | Variação | | | |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| | Junho 2014 / Maio 2014* | Junho 2014 / Junho 2013 | Acumulado Janeiro/ Junho | Acumulados nos últimos 12 meses |
| Bens de Capital | -9,7 | -21,1 | -8,3 | -1,2 |
| Bens Intermediários | -0,1 | -2,9 | -2,2 | -1,2 |
| Bens de consumo | -7,9 | -10,7 | -1,9 | -0,3 |
| Duráveis | -24,9 | -34,3 | -8,8 | -3,7 |
| Semiduráveis e não Duráveis | -1,3 | -3 | -0,3 | -0,8 |
| Indústria Geral | -1,4 | -6,9 | -2,6 | -0,6 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria. *Série com ajuste sazonal

Em entrevista, o economista Antonio Corrêa de Lacerda ressaltou como as medidas do Banco Central estão represando as ações governamentais que buscam melhorar as condições para ampliar a produção industrial no País.



Revista UGT: O governo está adotando medidas para tentar frear essa queda, como em 2011. Foi lançado o Programa Brasil Maior. Qual a avaliação em relação a essas medidas?

Antonio Corrêa de Lacerda: Positivas, pois estão na direção correta ao buscar diminuir encargos, tributação e melhorar o financiamento, mas o preço principal da economia, que é o câmbio, depois de um processo de reajuste, vem sendo represado pelas medidas do Banco Central de elevação dos juros e oferta de swap cambial (troca de posições quanto ao risco e a rentabilidade entre investidores). A nossa taxa básica de juros é um dos elementos, mas o fator principal para essa situação é nossa taxa de câmbio que não é competitiva e não favorece o aumento da produtividade das em-

presas, fazendo com que a gente perca na concorrência com os produtos importados.

UGT: Essa queda nos últimos anos da indústria pode apontar uma mudança de valores no sistema de consumo da nossa sociedade?

Lacerda: Não, acho que tem a ver mesmo com o efeito das importações, pois elas avançaram muito e, hoje, é melhor o empresário importar do que produzir localmente, fazendo com que tenhamos uma atrofia da produção local.

UGT: Entre as atividades pesquisadas pelo IBGE, por que a que mais aparece em queda é justamente a automotiva, que nos últimos anos recebeu grandes incentivos do governo?

Lacerda: Tem muito a ver com o efeito Argentina, pois este é um grande comprador de automóveis do Brasil, ou era antes da crise pelo menos. E outro fator é que o endividamento do consumidor vai chegando num certo limite que não adianta mais você aumentar o incentivo porque não vai aumentar o consumo.

“O BRASIL TEM SALDO POSITIVO DE GERAÇÃO DE EMPREGO, MAS, NO SETOR INDUSTRIAL, ESSE ÍNDICE VEM SOFRENDO CONSTANTES QUEDAS. ISSO REFLETE NA ECONOMIA DO PAÍS E EM TODA A SOCIEDADE, JÁ QUE A INDÚSTRIA PAGA OS MELHORES SALÁRIOS”

Antonio Corrêa de Lacerda

"O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) é lei desde agosto de 2000 e foi criado para destinar recursos ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações.

Isso significa que as concessionárias de telefonia fixa de regime público precisam, com essa verba, garantir o acesso de qualquer pessoa ou instituição ao serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica. As empresas também devem assegurar a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

É importante ressaltar que cabe ao Ministério das Comunicações elaborar as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientam as aplicações do FUST, bem como definir os programas, projetos e atividades financiados com recursos do Fundo.

São receitas do FUST, entre outras, 50% dos recursos provenientes das vendas de outorgas de telecomunicações, ou seja, da venda do direito de prestar o serviço de telecom à população de uma determinada área. A empresa que pagar mais ao governo, desde que obedecidas as regras, passa a ter este direito.

Também fazem parte das receitas do FUST o preço cobrado nas transferências de outorgas de serviços de telecomunicações e a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta dos serviços de telecomunicações. Trocando em miúdos, trata-se de enorme quantia. Até 2013, o montante acumulado já chegava a R\$ 15,987 bilhões.

Em minha opinião, esse dinheiro deveria promover o desenvolvimento, o uso e a disseminação das teleco-

Para onde vai o dinheiro do FUST



municações e da informática em todas as escolas públicas e nos locais previstos pela Lei, além de financiar a formação profissional dos trabalhadores do setor. O serviço de telecomunicações necessita de formação técnica para assegurar a qualidade do emprego e do serviço prestado. Além, é claro, de ampliar e aprimorar as formas de acesso da população a serviços de saúde, com a implantação de recursos de telecomunicações nas instituições vinculadas ao Sistema Único de Saúde.

Por diversas vezes, nossa federação, a FENATEL, cobrou a utilização dos recursos do FUST para fomentar a universalização da banda larga. Infelizmente, nada foi feito. E

o que é pior, nem houve uma explicação oficial para justificar por que esse fundo está parado.

Mas os recursos do FUST têm sido acumulados para elevar o superávit primário com o objetivo de equilibrar as contas do governo federal. Portanto, a função do Fundo foi desviada.

Quando se conseguir levar a banda larga a todas as escolas e a todos os hospitais, quando se garantir acesso às telecomunicações para todos os brasileiros, quando todos tiverem acesso à internet, quando tivermos trabalhadores treinados e formados de maneira adequada, então chegará a hora de pensar em outros gastos, diferentemente do que ocorre atualmente."



Almir Munhoz é presidente do SINTETEL – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo

A fé que fortalece a luta dos MOTORISTAS E VIAJANTES



A luta pela ampliação de direitos para a categoria e a devoção a São Cristóvão se misturam nas atividades desenvolvidas pelo Sindicato de Cargas Próprias de São Paulo (Sindicapro), que, anualmente, realiza uma carreata em homenagem ao dia do santo padroeiro dos motoristas e viajantes, comemorado em 25 de julho.

Consagrada como atividade cultural da cidade de São Paulo, a carreata, que está na quinta edição e aconteceu no dia 27 de julho, um domingo, ratificou que, a cada ano, mais pessoas estão participando deste momento de fé. "Anualmente, o evento vem reunindo mais adeptos. Vemos isso pelo número de carros e caminhões que estão participando desta atividade. Isso é ótimo, pois demonstra toda a fé que os motoristas depositam em São Cristóvão", diz Almir Macedo Pereira, presidente do Sindicapro.

Em parceria com a paróquia São Cristóvão, o Sindicapro iniciou a carreata com uma missa, que marcou a reabertura da igreja, fechada depois de um incêndio. Em seguida, percorreu as ruas da capital paulista levando a imagem do santo. "Neste ano, nossa carreata foi especial, já que, depois de muita luta, conseguimos que a igreja do nosso padroeiro fosse reformada e devolvida à comunidade. Uma grande vitória para o Sindicato, para a paróquia e para todos os devotos", explica Almir.

Lenda

Reprobus (Offerus) era um homem forte, educado na fé cristã por um eremita, mas que se recusava a jejuar e a rezar para Cristo. Certo dia, aceitou ajudar algumas pessoas a fazer a travessia de um rio perigoso e colocou um garoto em seu ombro, mas essa criança ficava cada vez mais pesada, até que chegou um momento que parecia que o peso do mundo estava sobre seus ombros. Mesmo assim, ele prosseguiu e levou a criança em segurança para o outro lado do rio. Assim que chegou à margem, o garoto revelou ser o criador do mundo, daí que provém o nome Cristóvão, que significa aquele que carrega Cristo, no sentido espiritual, o homem que carrega Cristo no coração.



UGT na luta por JUSTIÇA NO PLANETA

FÓRUM PAN-AMAZÔNICO PEDE FIM DE MODELO COLONIAL E LEVANTA A BANDEIRA DE UMA REGIÃO GOVERNADA POR SEUS POVOS

Na defesa da bandeira de luta para a sobrevivência dos povos tradicionais, das florestas, das águas, dos quilombolas e dos povos isolados, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) esteve presente no VII Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA), realizado em Macapá, no Amapá, entre os dias 28 e 31 de maio deste ano.

Em apoio à UGT Estadual do Amapá (UGT-AP), a Secretaria de Assuntos Comunitários e Sociais da UGT participou como membro da Comissão Organizadora local, por entender como prioritária a participação em discussões e organizações como essa. Representaram a central sindical seu secretário Tadeu Amaral, também atual presidente em exercício da Confederação Latino Americana de Pobladores Marginados, e Francisco Ferreira de Sousa, secretário-adjunto e presidente da Confederação Brasileira de Associações de Moradores e Entidades Comunitárias Afins, filiada à UGT.

Uma das ramificações do Fórum Social Mundial (FSM), o FSPA é um espaço autônomo e independente, composto por movimentos e organizações sociais, representantes de povos e de comunidades. Desde 2010, por decisão do Conselho Internacional, ficou estabelecido que as edições do FSPA serão realizadas de dois em dois anos, alternando com o FSM.

Para início das atividades, os participantes realizaram a Marcha de Abertura, que percorreu a orla do Rio Amazonas (da Concha Acústica do Araxá ao Anfiteatro da fortaleza). Também contaram com projeção de vídeos e atos culturais da região Pan-Amazônica durante todo o evento. A UGT se mostrou ativa e atuante nos painéis de debates que discutiram: “A Pan-Amazônia e a Questão de Fronteiras”; “Identidade Amazônica x Neoliberalismo”; “Lutas de Resistência na Pan-Amazônia”.

A UGT teve destaque nos grupos de trabalho de Educação, Imigração, Meios de Comunicação Alternativos, Militarização das Fronteiras. “A UGT é solidária com a maioria das bandeiras dos povos da Pan-Amazônia, mas temos dúvidas em relação a alguns temas, tais como a construção de hidrelétricas ou mineração, tendo em vista o rigor nas ‘licenças ambientais’, que, em nosso entendimento, cumprem o papel de normas e fiscalização, dificultando a execu-





Marcha de abertura do Fórum percorre a orla do Rio Amazonas

ção em tempo normal para a obras”, adverte Tadeu Amaral.

A preocupação do secretário é um assunto que vem sendo discutido por representantes das UGTs de norte a sul do País. Em plenária da Central realizada este ano, todas as UGTs do norte e nordeste, com a presença de Estaduais de outras regiões do Brasil, destacaram como ponto de partida na região amazônica a discussão sobre as questões das hidrelétricas e os problemas de imigração, vide a situação dos haitianos, refugiados e questões de fronteiras.

Outro ponto que a UGT tinha como objetivo debater no FSPA eram os movimentos sociais. Foram realizadas quatro reuniões: 1) com o Conselho Comunitário do bairro Capela do Socorro (que congrega 20 entidades de pescadores); 2) com a Associação por Moradia de Loteamento Palmeiras (ASPEC-STM); 3) com representantes do Assentamento Vale do Ariramba (composto de 62 lotes de 100 hectares, que já conta com 42 famílias vivendo no local); e 4) com o companheiro José, presi-

dente de Assentamento de Calçoene, na divisa da Guiana Francesa.

Educação entra no foco desses movimentos e é preciso atentar à questão local do povo. Francisco Ferreira de Sousa diz que muito se fala que um país se caracteriza pelo grau de cultura das pessoas, mas a qualificação vai além. É preciso ver as condições para a qualificação e o que realmente precisam. “Eles querem uma educação voltada para a região Pan-Amazônica e não a de um padrão que não condiz com a realidade que eles vivem”, argumenta.

A presença da UGT nos movimentos sociais foi importante como suporte para as futuras ações. “A UGT veio para somar, orientar como eles podem melhorar a vida dentro das comunidades. Há meios de se adquirir áreas desocupadas que não sejam por invasão, sem que haja desavenças ou problemas jurídicos. Numa espécie de cooperativa, ofertas de compra e negociações podem ser feitas sem prejudicar toda uma família”, ressalta Francisco de Sousa.

O Fórum Social Pan-Amazônico

busca articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e originais dos nove países da Bacia Amazônica (Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa das Guianas, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana Francesa), com objetivo de aproximar culturas, quebrar o assolamento das lutas e de resistência, fortalecer o combate anti-imperialista, desenvolver a autonomia dos povos, se opor aos modelos de desenvolvimento predatórios e daninhos aos habitantes da Pan-Amazônia, discutir alternativas que construam justiça e igualdade sociais, assim como justiça ambiental. Peru sediará a oitava edição do FSPA, em 2016.



Para mais informações, acesse: foropanamazonico.wordpress.com

OS POVOS LIVRES DA PAN-AMAZÔNIA VENCERÃO!

Na esquina do Rio Amazonas com a Linha do Equador, no meio do mundo, os povos da Pan-Amazônia se encontraram. Escutem, agora, as nossas vozes.

Somos os guardiões da floresta e dos rios, diversos, diferentes, mas com a vontade de caminhar juntos. Queremos transformar a Amazônia na terra sem males sonhada por nossos avós e para isto temos nosso coração cheio de coragem e solidariedade.

A Amazônia é o nosso território. Nossas comunidades indígenas, camponesas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais devem ter suas terras garantidas, respeitadas e protegidas contra os megaprojetos predatórios, destruidores da natureza e da vida humana. Para isto é fundamental, por parte de nossos países, a adesão, respeito e cumprimento aos tratados internacionais que estabelecem o Direito à Consulta Prévia, Livre, Bem Informada e de Boa Fé, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas. Pelo mesmo motivo prestamos nosso incondicional apoio à criação em Quito, Equador, de um Tribunal Internacional contra os Crimes Cometidos contra a Natureza, como forma de proteger a Mãe Terra dos ataques destrutivos daqueles que intentam reduzir a vida no planeta a uma simples mercadoria.

Hoje, particularmente, nossas atenções se voltam contra a instalação de represas hidrelétricas nos nossos rios, os projetos de mineração a céu aberto, de exploração petrolífera na selva e a expansão de monoculturas que atentam contra a vida de povoações e comunidades por toda Pan-Amazônia. Para esta luta solicitamos o apoio e a solidariedade do mundo inteiro.

Decidimos também pressionar as Nações Unidas para que declarem esta década como de priorização, fortalecimento da Agricultura Familiar e democratização dos meios de produção pela sua contribuição para a Soberania e Segurança Alimentar, fundamentais para o bem viver dos povos.

A Amazônia vive um tempo de ameaças. A dominação colonial francesa da Guiana é um anacronismo inaceitável que atenta contra a liberdade e a inte-

gração de nossos povos e proclamamos nosso apoio incondicional à luta pela descolonização e independência da terra guianense. Da mesma forma, nos posicionamos pela desativação imediata das bases militares estadunidenses e europeias na Pan-Amazônia e em todo continente que constituem uma afronta à independência e soberania de nossos países. Reafirmamos nosso apoio solidário ao processo revolucionário bolivariano, na Venezuela, que mais uma vez se defronta com tentativas de desestabilização e golpe, e manifestamos nossa certeza de que na pátria de Bolívar o povo vencerá mais uma vez. Acreditamos e lutamos para que a integração continental tenha como eixo o bem-estar de nossas populações e não os interesses das empresas transnacionais e grandes corporações, e assim instamos a Unasul, Celac e outros organismos continentais para que revisem os projetos, como o IIRSA, cujo fundamento neoliberal é uma agressão ao direito dos povos. Da mesma forma rechaçamos a manutenção do injusto bloqueio econômico estadunidense contra a nossa irmã Cuba. Não pode haver integração sem o direito de livre circulação de todos os cidadãos através das fronteiras nacionais. Denunciamos o tráfico de pessoas, a transformação da migração em um negócio e o trabalho escravo daí decorrente. Reafirmamos o direito inalienável de qualquer cidadão à segurança, trabalho e proteção no país onde escolheu morar.

A Amazônia vive também um momento de transformações. Com alegria verificamos o avanço da luta antipatriarcal e antirracista. Consideramos o feminismo e o movimento das mulheres indígenas um caminho poderoso na construção de um mundo novo sem exploração do corpo e da vida das mulheres que devem ter todos os direitos assegurados e vivenciados. Da mesma forma saudamos a rebeldia de nossas juventudes que se lançam nas ruas para combater a ausência de políticas públicas para os jovens, o braço opressor do estado e o extermínio dos jovens negros e pobres. Lutamos para construir um tempo onde o direito à vida reine soberano sobre o planeta.

Em toda a Pan-Amazônia é hora de construir blocos e alianças onde se integrem trabalhadores dos campos e cidades, povos originais, quilombolas, comunidades tradicionais, movimentos de mulheres e jovens, comunicadores, pesquisadores e acadêmicos para a defesa de nossos territórios, nossos direitos, nossas culturas, nossos saberes



ancestrais e os direitos da Mãe Terra.

É o momento também de avançarmos na reflexão e debate sobre o Bem Viver como paradigma alternativo que emerge desde os povos da Amazônia frente à crise sistêmica – econômica, social, energética, ambiental, ética e moral que atinge toda a humanidade.

Nossa resistência avança e vai se transformando em uma onda irresistível. Neste sentido, convocamos a todos e todas para que se engajem na produção e ampla circulação de conteúdos regionais e comunitários que levem para toda Amazônia e o mundo nossas mensagens, nos contrapondo à desinformação promovida pelos oligarcas da mídia, contribuindo para a democratização e afirmação da comunicação como um direito humano.

Todos nós, homens e mulheres da Amazônia, devemos nos transformar em criadores, semeadores e tecedores da Educação Popular como vivência transdisciplinar da emancipação da vida no planeta.

A Amazônia é um céu de muitas estrelas. Aqui, em Macapá, assumimos o compromisso de trabalhar para ampliarmos nossa constelação, incorporando ao Fórum Social Pan-Amazônico todos os movimentos e organizações que lutam em defesa de nossos territórios, nossos direitos e os da Natureza.

Este é o nosso caminho, a nossa luta e o nosso destino.

Macapá, 31 de maio de 2014



UM BANCO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO, INFRAESTRUTURA E BEM ESTAR DOS TRABALHADORES

O III Fórum BRICS Sindical, realizado em Fortaleza, foi um marco para os trabalhadores dos países que integram o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O anúncio, pela Cúpula de Chefes de Governo e de Estado dos países do Brics, da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com um capital inicial de 50 bilhões de dólares para ser aplicado nos países do Brics, vai representar uma maior distribuição de renda e a valorização do trabalho nesses países.

Além disso, os trabalhadores poderão ter participação na gestão e na

avaliação dos projetos a serem desenvolvidos com recursos provenientes do Novo Banco de Desenvolvimento. Essa ação será a chave para combater a crise internacional e fortalecer o desenvolvimento sustentável dos países que fazem parte do bloco.

Representando 40% dos habitantes do planeta e 15% do PIB mundial, o bloco ganhará força se houver efetivamente a participação dos trabalhadores na sua administração e gestão. Contra ponto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, que por onde passam deixam um rastro de arrocho salarial e desemprego, o Novo Banco de

Desenvolvimento pode representar alternativa à política ditada pelos países capitalistas, que tentam se manter à base do aumento da exploração dos países em desenvolvimento, sufocando suas economias e seus trabalhadores.

Em sua intervenção durante a reunião do BRICS Sindical, Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), ressaltou que “diante da informalidade, da precariedade e da má distribuição de renda imposta pela política do neoliberalismo na atividade econômica nos países do BRICS, torna-se mais do que necessária a unidade do bloco, para que não venha a conver-



Dirigentes sindicais dos países do Brics reunidos em Fortaleza

ter-se em algo meramente mercantilista, beneficiando os empresários e as empresas, como se viu reduzido o Mercosul, cuja iniciativa era das mais promissoras e com esperança de que os trabalhadores tivessem forte participação, o que infelizmente acabou não acontecendo”.

O ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, compareceu ao evento como representante do Governo e, além de valorizar a importância do BRICS Sindical e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, condenou setores da elite e funcionários do próprio Governo que apontaram como natural a presença empresarial na Cúpula do BRICS, enquanto é negada a representação aos trabalhadores. “Esta é a velha luta de classes, onde alguns introjetam a dominação dentro do próprio aparelho de Estado. O fato é que os empresários têm muito mais acessos e privilégios que os trabalhadores”, declarou.

Reafirmando a importância da participação dos trabalhadores na Cúpula do BRICS e sinalizando a defesa dessa participação, a presidenta Dilma Rousseff recebeu os representantes dos trabalhadores no BRICS Sindical e prometeu estabelecer um diálogo para que a participação dos trabalhadores no NBD seja concretizada. A presidenta também recebeu um documento elaborado pelos dirigentes sindicais do BRICS e garantiu que o Brasil será um defensor ferrenho da participação dos trabalhadores dos países do BRICS nos diversos grupos de trabalho do bloco.

Monica Mata Roma, da Secretaria Internacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), lembrou que, apesar da criação do NBD ser muito importante para os países em desenvolvimento, é necessário que os trabalhadores do bloco participem ativamente na construção de uma nova perspectiva para a economia e que o BRICS Sindical mantenha a unidade,



Dirigentes da UGT - Ricardo Patah, Monica Mata Roma e Wagner de Souza

tendo como objetivo abrir espaço para que os interesses da classe trabalhadora sejam respeitados. “Não podemos aceitar que os trabalhadores continuem perdendo tanto e os ricos acumulando capital às custas da informalidade, da precariedade e da exclusão social e política dos trabalhadores”, sentenciou a sindicalista em seu pronunciamento.

PRESEÇA DE INTERNACIONAIS

Delegações de trabalhadores de todos os países que fazem parte do BRICS estiveram presentes ao evento de Fortaleza e manifestaram suas preocupações e esperanças no sucesso do BRICS Sindical. A vice-presidente da central chinesa ACFTU, Shiping Zhang, alegou que o objetivo do encontro era fortalecer ações pela inclusão social: “Lutamos contra o capitalismo e o Banco Mundial”. Já o secretário geral da central sul-africana COSATU, Zwelinzima Vavi, lembrou que os trabalhadores lutam “contra as disparidades, o desemprego, a desigualdade e a degradação ambiental”.

Na opinião de Dennis George, da central sul-africana FEDUSA, existe uma grande expectativa sobre os resultados desta reunião: “Da ampla aliança que pode vir a resposta mais contundente ao neoliberalismo”. Já o presidente da central russa FNPR, Mikhail Shmakov, enfatizou que o sucesso do enfrentamento está ligado à atuação do movimento sindical: “Vamos construir uma plataforma em defesa do salário, do emprego e dos direitos”.

Suresh Kumar, da central indiana CITU, foi contundente nas afirmações da união da classe trabalhadora na luta contra o sistema financeiro. “Precisamos demonstrar nossa força e união contra o capitalismo financeiro que sufoca as nações em desenvolvimento e a classe trabalhadora, concluiu.



BRASIL

PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

População

- Estimativa de 2013 202.768.562 hab. (5.º)
- Censo 2010 190.755.799 hab.
- Densidade 23,6 hab./km² (182.º)

PIB (base PPC)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 2,422 trilhões (7.º)
- Per Capita US\$ 12,118 (75.º)

PIB (nominal)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 2,190 trilhões (7.º)
- Per Capita US\$ 10,958 (53.º)

IDH (2013) 0,744 (79.º) - elevado



RÚSSIA

PRESIDENTE VLADIMIR PUTIN

População

- Estimativa de 2011 142.914.136 hab. (9.º)
- Censo 2010 142.905.200 hab.
- Densidade 8,3 hab./km² (209.º)

PIB (base PPC)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 2,558 trilhões (6.º)
- Per Capita US\$ 18,083 (57.º)

PIB (nominal)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 2,118 trilhões (8.º)
- Per Capita US\$ 14,973 (49.º)

IDH (2013) 0,778 (57.º) - elevado



ÍNDIA

PRESIDENTE PRANAB MUKHERJEE

População

- Estimativa de 2011 1.210.193.422 hab. (2.º)
- Censo 2001 1.027.015.248 hab.
- Densidade 329 hab./km²

PIB (base PPC)

Estimativa de 2014
- Total US\$ 5,425 trilhões (3.º)
- Per Capita US\$ 4,307 (133.º)

PIB (nominal)

Estimativa de 2014
- Total US\$ 1,996 trilhões (10.º)
- Per Capita US\$ 1,584 (143.º)

IDH (2013) 0,586 (135.º) - médio



CHINA

PRESIDENTE XI JINPING

População

- Estimativa de 2010 1.338.612.968 hab. (1.º)
- Censo 2000 1.242.612.226 hab.
- Densidade 139,6 hab./km²

PIB (base PPC)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 14,961 trilhões (2.º)
- Per Capita US\$ 10,253 (91.º)

PIB (nominal)

Estimativa de 2013
- Total US\$ 9,325 trilhões (2.º)
- Per Capita US\$ 6,853 (84.º)

IDH (2013) 0,719 (91.º) - elevado



ÁFRICA DO SUL

PRESIDENTE JACOB ZUMA

População

- Estimativa de 2010 49.991.300 hab. (25.º)
- Censo 2001 44.819.778 hab.
- Densidade 41 hab./km² (170.º)

PIB (base PPC)

Estimativa de 2011
- Total US\$ 555,340 bilhões (25.º)
- Per Capita US\$ 10,977 (76.º)

PIB (nominal)

Estimativa de 2011
- Total US\$ 422,037 bilhões (29.º)
- Per Capita US\$ 8,342 (76.º)

IDH (2013) 0,658 (118.º) - médio

Traficar pessoas é CRIME!

São diversos os tipos de vítimas do tráfico. A UGT não quer futuras presas na rede de criminosos! A arma para este combate é a conscientização

O tráfico humano é um crime ainda silencioso e uma violação aos direitos humanos. As vítimas – excluídas econômica ou socialmente – são aliciadas com promessas de uma vida melhor. Em busca de um sonho, na ânsia de mudar sua condição de vida, não se percebem presas desses criminosos e, de um momento para o outro, seguem um rumo obscuro, fadadas à escravidão, vivendo terríveis pesadelos.

Para dar um basta a essa forma de violência, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) abraçou a Campanha da Fraternidade deste ano, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Tráfico Humano”. Em apoio, a UGT lançou o “Conte Conosco”, um manifesto para dar voz a essas pessoas, que, exploradas para fins laborais ou sexuais, têm a dignidade remexida e acabam por se calar. Muitas, por negligência de autoridades públicas ou redes de saúde, acabam desaparecidas.

“A UGT acredita que, por meio da mobilização da sociedade civil, movimentos sindicais, governo e disques denúncias, é possível ajudar essas vítimas. Assim como o enfrentamento a toda forma de violência, queremos que o tráfico de pessoas também seja mostrado. É preciso conscientizar para se ter agentes sociais nesse combate, porque essa realidade não está distante e precisamos fazer alguma coisa”, alerta Cássia Bufelli, secretária da Mulher da UGT.



Ao fazer um recorte de gênero, vê-se que as mulheres são mais vulneráveis para o tráfico humano. O tipo de aliciamento vem de todas as formas: locais de trabalho; a possibilidade de inclusão na sociedade – no caso de travestis e transexuais; possibilidade de carreira de modelo no exterior – muitos casos envolvendo as mulheres negras, tratadas como simples objetos pelas mídias (alvo da imagem da mulata brasileira); entre outras formas.

Essas pessoas, assim como crianças e adolescentes, se tornam iscas de um grupo ou uma pessoa. Pensando encontrar um mundo encantado, acabam escravizadas para fins de exploração sexual, laboral ou até mesmo tráfico de órgãos.

INSTRUMENTOS DE COMBATE

Em 2000, a venda de pessoas não era exposta nas mídias nem tinha o suporte da justiça. Na urgência de dar visibilidade à gravidade do tema, o Brasil começou a montar centros de referências, com apoio da Interpol e Polícia Federal.

Nessa época, dra. Anália Ribeiro, assessora internacional no Memorial da América Latina-SP – responsável pela Divisão de Políticas Públicas/CEBEAL/Cátedra UNESCO, foi chamada com foco nas pessoas de grande vulnerabilidade ao tráfico. Acompanhou a assinatura do Protocolo de Palermo (principal instrumento global de prevenção e combate ao tráfico de pessoas). “Era preciso mostrar ao mundo, por isso foi montado um Comitê Institucional para desenvolver ações em conjunto voltadas para a prevenção e acusação, acolhimento e proteção às vítimas, e, com isso, evitar o ciclo de revitimização”, explica.

Em 2006, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Na sequência, criado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), do qual o Brasil se tornou signatário.

Hoje conta com a participação de órgãos públicos, sociedade civil e organismos internacionais. O II PNETP possui ainda um espaço participativo intersetorial para o avanço do tema no Brasil. Por decreto presidencial, foi instituído o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), no âmbito do Ministério da Justiça.

E a Associação de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (Asbrad), em Guarulhos-SP, foi eleita para representar os comitês instalados no Brasil. Hoje, a Asbrad está na Comissão de Articulação e Fortalecimento da Rede de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e conta com a advogada dra. Dalila Figueiredo, fundadora da Associação, militante e ativista dos direitos humanos, que atua no tráfico de pessoas, no atendimento às vítimas do estupro, cobrando do governo, fiscalizando e observando as graves violações de direitos.

É preciso multiplicar essas atuações, por isso a UGT vê como urgente o engajamento de cada entidade para a orientação dessas vítimas. Para dra. Dalila, é necessário capacitar as pessoas para que possam prestar melhor atendimento e acolhimento às vítimas desses crimes.



Dra. Anália Ribeiro



Dra. Dalila Figueiredo

Eliana Vendramini Carneiro é coordenadora do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que trabalha em convênio com o Ministério Público do Rio de Janeiro. Ela enfatiza que, apesar dos planos, sequer há tipos penais especiais que criminalizem o tráfico de pessoas para o tráfico de órgãos. “Só temos tipo penal para tráfico de pessoas para fins de prostituição. Isso demonstra o quanto a ‘política do tráfico de órgãos’ ainda precisa de grande afinco no País”, ressalta.

Dra. Anália aponta, entre as dificuldades, a falta de proteção às vítimas e o fato de o governo federal não disponibilizar recursos específicos para que possa ajudar os estados com ações efetivas no combate ao tráfico. E considera um avanço a CPI do Tráfico de Pessoas realizada pela Câmara dos Deputados a partir de casos emblemáticos. “Atualmente tem o PL 7.370/2014 que propõe tipificar o Tráfico de Pessoas como crime hediondo”, informa.

Para a coordenadora do PLID, a Campanha da Fraternidade deste ano ajudou e tem ajudado a desmistificar o inconsciente coletivo no sentido de que tráfico de órgãos é lenda e impossível de ser praticado, especialmente porque depende de profissionais gabaritados.

O TRÁFICO SE TORNA A ÚLTIMA JANELA PARA AS VÍTIMAS DA REDE

A advogada dra. Claudia Luna é presidente da ONG Elas por Elas – Vozes e Ações das Mulheres e do Movimento Nacional contra o Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é dar visibilidade à temática do tráfico e realizar um diálogo intersetorial sobre essa questão com ONGs, movimentos sociais e governo. Ela ressalta que é preciso entender todo o caminho que a vítima de tráfico percorreu e que, antes disso, ocorreu uma violência primária.

“Quase 100% de sua maioria relatam uma situação primária de violência doméstica. Ou seja, o lar se torna um local tão opressor que ela quer qualquer outro tipo de oportunidade que não seja permanecer naquele local”, revela dra. Claudia.

Com relação a travestis e mulheres transexuais, são dois fatores que as conduzem a entrar para o tráfico. O primeiro fator é o econômico. Uma população que não está inserida no mercado de trabalho. O outro, social. Como se elas fossem subverter uma lógica baseada no órgão sexual.

“Elas representam um risco para a estrutura de poder. E quem transgredir regras em nossa sociedade normalmente é punido por um código penal. Só que ser homossexual, travesti, transexual ou bissexual não é crime



Dra. Claudia Luna

no Brasil. Então as punições, quando vêm, são morais, não estão protegidas pelo Direito”, alerta dr. Dimitri Sales, advogado e professor, que trabalhou na coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da prefeitura de São Paulo e como assessor jurídico da Coordenadoria do Centro de Combate à Homofobia.

Muitas travestis ou transexuais foram expulsas de casa, da escola, não arranjavam emprego, viviam apinhando na rua e encontram na cafetina uma espécie de mãe, alguém que cuidará dela. “Você cria uma relação de afeto, que é muito difícil de romper”, esclarece dr. Dimitri Sales.

Com o tráfico humano, chegam a ser movimentados até 33 milhões de dólares por ano. As vítimas acabam se prostituindo, se drogam para cumprir os programas e pagar suas dívidas. Afetadas no que diz respeito à questão emocional, é preciso habilidade por conta das sequelas que elas sofrem. Há um perigo dessa exposição, de estarem sujeitas às ações desses traficantes e o medo da denúncia.

Geralmente, tráfico de órgãos envolve quadrilhas ou organizações criminosas. Há uma rota de interesse e a grande valia do “negócio com o corpo humano”. “No PLID/MPSP, em especial, o desespero de não saber onde está o parente faz com que a busca por ajuda rompa qualquer barreira, como do medo ou do pós-descoberta. É um drama muito pior do que a certeza da morte (realidade sempre verbalizada por quem o vive)”, destaca Eliana.

MOMENTO DA ACOLHIDA

Dra. Dalila Figueiredo explica que, no campo do atendimento, do acolhimento, muitas vezes essas pessoas sequer se reconhecem como vítimas, tal a violência que sofrem. O primeiro trabalho é o de acolher, entender e enfrentar a problemática.

O estado de São Paulo tem o chamado PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas) ao



Dr. Dimitri Sales

dispor de todos que precisam de proteção pessoal. Eliana Carneiro destaca que o serviço público ainda deve ao cidadão um acompanhamento pós-trauma, como no caso de vítimas dos mais variados tipos de tráfico de pessoas, que não se dá “só” para tráfico de órgãos, mas também para trabalho escravo, prostituição de homens e mulheres e adoção ilegal.

É PRECISO ATENTAR PARA AS ESPECIFICIDADES PARA ENFRENTAR A REINserÇÃO NA SOCIEDADE

No caso de travestis e transexuais, inclui desde o enfrentamento da homofobia, com a aprovação de um projeto de lei que torne crime práticas homofóbicas, a responsabilização do Estado, criação de um marco regulatório com ações de políticas públicas de incentivo para a reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, como cursos de capacitação e diálogo com o setor trabalhista. Identidade de gênero e adoção de um nome social também entram na lista de especificidades.

Outro aspecto para vencer as discriminações e o tráfico é na questão da saúde dessas pessoas. Uma travesti que foi tirada do tráfico tem problemas com hormônios, silicone de má qualidade que se espalhou pelo corpo. “Não é qualquer médico que lida

com esses casos. É uma reação em cadeia, uma rede que precisa ser montada, observando essas peculiaridades”, pondera dr. Dimitri Sales.

Ao atentar por regiões, as vítimas mais corriqueiras estão no nordeste do País, além de regiões interioranas afastadas das capitais. Dra. Dalila chama a atenção para o orçamento reservado pelo governo na implantação de políticas de grande capilaridade. Dialogar e trabalhar a sensibilização são instrumentos sumamente preciosos de ajuda no resgate da dignidade das vítimas.

QUANDO A QUESTÃO NÃO É MAIS O ATENDIMENTO, MAS O DESAPARECIMENTO...

Os desaparecimentos acontecem pelos mais variados motivos: desde problemas familiares, alcoolismo, drogas, doenças mentais e senis à tortura e tráfico de pessoas. Segundo dados do Ministério Público, o maior anúncio de desaparecidos reúne a população jovem masculina (entre 17 e 30 anos). “As crianças não representam o maior número, mas, assim como os idosos, há maior dificuldade, já que não têm como se proteger. Além disso, as crianças raramente são encontradas e a mudança de feição exige contínuo trabalho de progressão da imagem (esse bem provido pela Polícia de São Paulo)”, acrescenta a coordenadora do PLID.

Muitas pessoas dadas como desaparecidas por seus parentes estão na rede pública de saúde. Essa notícia,

não raro, é negligenciada à família. “Não podemos olvidar que o ‘mundo dos desaparecidos’, sem trato público priorizado, pode, sim, estar contribuindo para o tráfico de órgãos no Brasil”, alerta Carneiro.

O PLID/MPSP contribuiu com o avanço na busca de localização por pessoas desaparecidas, a partir de vigílias no Serviço de Verificação de Óbito da Capital (SVOC), que negligenciava o destino de corpos das pessoas, não avisando os familiares, encaminhando as vítimas como indigentes para fins de estudos ou pesquisas. Outro fator de gravidade é que, em pleno 2014, não temos, no IML (que pericia corpos de pessoas não qualificadas e/ou por morte violenta), qualquer estatística sobre o número, origem, causa preponderante de morte, etc., acerca das pessoas periciadas e enviadas a enterro como desconhecidas.

Outros serviços de auxílio são o SISRua (um cadastro de todas as pessoas que são atendidas nas ruas da cidade de São Paulo e que podem pertencer ao universo daquelas que seus parentes procuram) e a Guarda Municipal, para busca ativa na rua, pesquisa em banco de dados já conveniados ao Ministério Público (como Receita Federal, cartórios, etc.).

O olhar para a realidade melhorou, mas é preciso mais. É hora de reconstruir o padrão social. Alertar, denunciar, dialogar e fazer do seu Estado um instrumento envolvido para exterminar essa mazela.

Ajude a divulgar!

Os atendimentos do PLID são realizados pessoalmente e via e-mail: desaparecidos@mpsp.mp.br.

Conheça a página no facebook: **PLIDSP**.

Disque 100 (Disque Direitos Humanos)

Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher)



O TRANSPORTE DO FUTURO PRECISA SER REPENSADO E FORTALECIDO DESDE JÁ

A solução para o caos do trânsito no Brasil passa por investimento nas malhas metroferroviárias, pois o transporte de alta capacidade se apresenta como uma importante alternativa para solucionar os problemas de mobilidade urbana



Nos últimos anos, mobilidade urbana tornou-se o tema mais debatido nas capitais brasileiras, principalmente porque, em aproximadamente dez anos, os problemas relacionados aos congestionamentos ganharam um indesejado espaço no cotidiano da população.

Infundáveis quilômetros de congestionamento tomaram conta das ruas e avenidas das cidades de norte a sul do Brasil. Com esse verdadeiro caos, inevitavelmente, apareceram graves consequências que fazem esse tema deixar de ser apenas um tema social, para ser discutido como questão de saúde pública, já que, num efeito dominó, o excesso de veículos promove acréscimo dos gastos com combustíveis, aumento da poluição, problemas respiratórios e de pele por conta do monóxido e do dióxido de carbono, entre outros.

Segundo dados do laboratório de poluição atmosférica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), somente na capital, aproximadamente 20 pessoas morrem por dia com problemas provocados pela poluição e em São Paulo, a chance de alguém falecer vítima de doenças cardiorrespiratórias é de 10,9%. Nos locais sem as emissões veiculares, esse percentual cai para 2,9%.

Para os paulistanos, esse trânsito também é responsável por cerca de 13,1 mil internações por ano no Sistema Único de Saúde (SUS), a um custo que ultrapassa a casa dos R\$ 334 milhões para os cofres públicos. “Hoje se vê que todas as cidades entraram num beco, pois elas fizeram, ao longo do século XX, grandes investimentos em infra-

estrutura para o automóvel e afins, deixando de lado, por exemplo, o transporte sobre trilhos. Isso traz grandes transtornos relacionados à gestão do trânsito e à deseconomia, fenômeno em que a cidade perde investimentos porque as empresas preferem se instalar em regiões que têm melhor mobilidade.”, explica Marcos de Sousa, jornalista responsável pelo portal Mobilize Brasil.

Segundo o jornalista, que em seu trabalho analisa e escreve sobre a mobilidade urbana em todos os estados da federação, comparando com medidas adotadas em outros países, esta situação de abandono no sistema de transportes sobre trilhos não é exclusividade brasileira. Em Los Angeles, Nova York e Detroit, que é considerada a capital do automóvel, importantes vias de metrô foram abandonadas, tiveram uma deterioração muito grande e agora estão em processo de recuperação. “É impossível pensar em mobilidade urbana sem investir em sistemas estruturantes, que precisam ser sobre trilhos, pois são os que têm maior capacidade de transporte, conforto, eficiência, durabilidade e são os que, em longo prazo, se mostram mais econômicos”, diz Marcos.

“Em São Paulo, o traçado que existe para o transporte metropolitano dos trens é o mesmo que já existia há 50 anos. O problema é que, antes, o número de usuários por dia era pequeno e, só nos últimos dez anos, a quantidade de passageiros saltou de 1 milhão para 3 milhões de pessoas diariamente”, ressalta Eluiz Alves, presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, que completou: “Só a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)



Marcos de Souza

atende 22 municípios. Esse trabalho, interagindo com uma malha metropolitana capaz de levar a população para todos os cantos, resolverá o gargalo do transporte não só em São Paulo, mas também nas grandes cidades brasileiras.”

UMA APOSTA ERRADA

A partir da segunda metade do século XX, acreditando que o automóvel seria “o transporte do futuro”, todos os investimentos feitos no Brasil foram voltados, exclusivamente, para a construção de túneis, viadutos, pontes, avenidas e estradas, o que hoje se mostra ineficiente diante da frota que circula nos grandes centros.

O que se pôde observar ao longo de mais de 50 anos foram as linhas férreas dos trens e bondes dando lugar à “modernidade”, mas os automóveis ocupam muito espaço público, seja para estacionar ou para transpor-

**Idealizado por Ricky Ribeiro, um jovem graduado em administração pública com mestrado em sustentabilidade, o Portal Mobilize Brasil foi lançado em 2011, é mantido por cinco pessoas e nasceu para estimular os cidadãos a encontrarem formas de se deslocar dentro das cidades que não sejam, exclusivamente, por meio dos automóveis. “Podemos pensar no espaço urbano não só como vias para transportes rápidos, mas de uma maneira em que podemos recuperar um pouco da humanidade que a cidade perdeu”, explica Marcos de Sousa.*

tar um número pequeno de passageiros. “Lembro-me de um secretário de transportes que falava que automóvel é como barata que se reproduz sozinho, nos deixa num beco sem saída em todas as cidades do mundo”, comenta Marcos Sousa.

No Brasil, essa priorização do transporte rodoviário em relação aos trilhos foi muito radical já que os diferentes governos que administraram o País ao longo dos anos, promoveram um verdadeiro desmonte nas

malhas ferroviárias, diferentemente do que aconteceu na Europa, onde reconstruíram e até hoje administram as estações e as linhas férreas que foram destruídas durante a Segunda Guerra Mundial, conseguindo trabalhar harmoniosamente com as diferentes formas de transporte.

“Se pensarmos nas economias do Brasil e dos Estados Unidos, elas são muito dependentes da indústria automobilística e, quando falo nesse setor, incluo desde o flanelinha, até a

Petrobrás. Isso gera milhares de empregos e, num futuro próximo, acontecerá uma transformação dessas atividades por outras que também vão gerar riquezas”, observa Marcos.

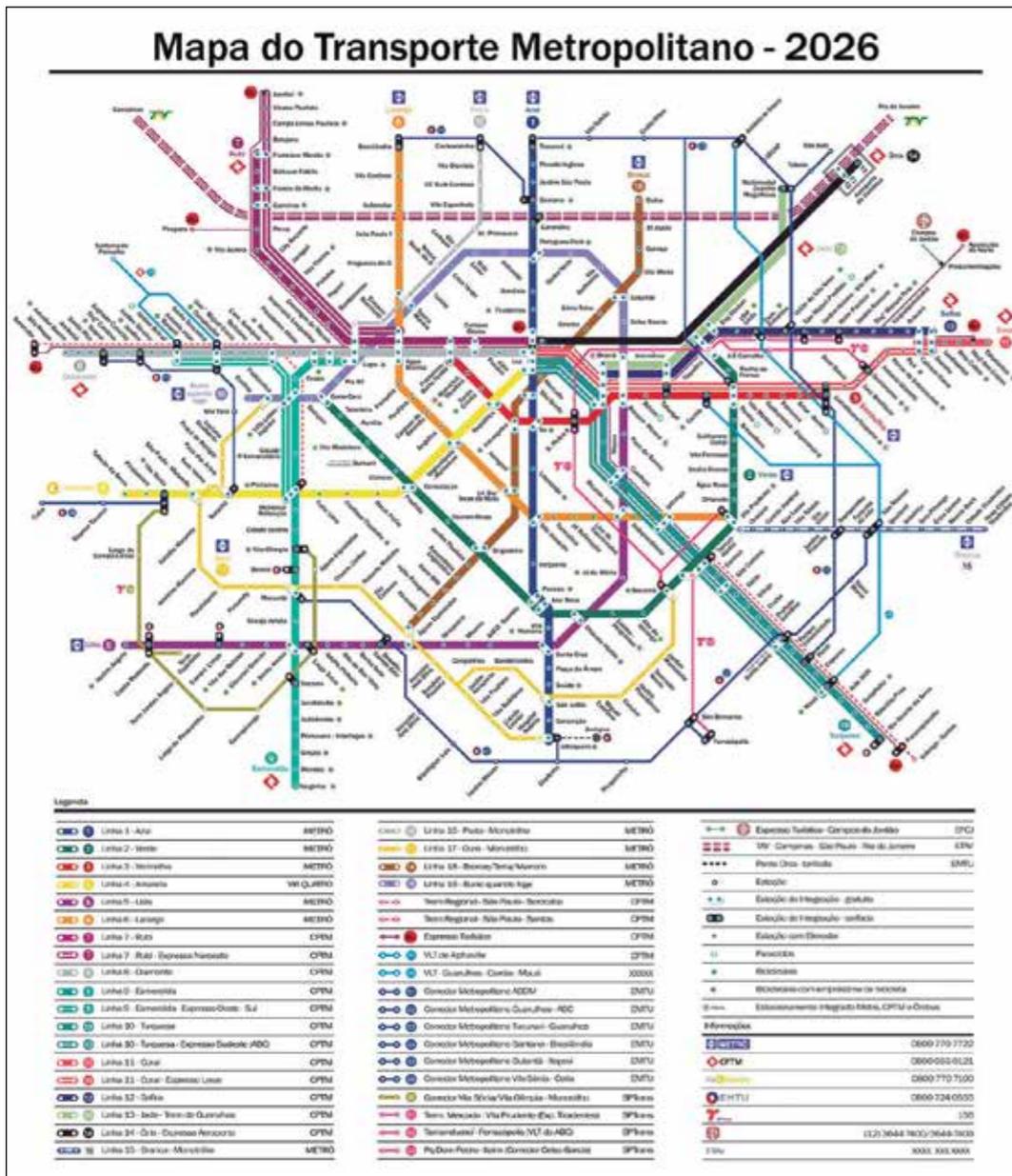
Para o jornalista, é preciso repensar o problema da mobilidade também pela ótica econômica, já que será aberto um grande nicho na sociedade que poderá ser suprido com a volta do investimento dos trens, com o retorno da indústria nacional especializada na construção de vagões e trilhos, com a ampliação da qualificação profissional para manutenção das vias, sem contar os mais variados tipos de comércios que poderão surgir no entorno das estações.

Sistemas de teleférico, elevadores, Veículos Leves Sobre Trilhos (VLTs) ou, como no Brasil existe uma abundância de rios urbanos, o transporte pelos cursos d’água também se apresentam como alternativas secundárias, mas, para se pensar no verdadeiro transporte do futuro, é preciso investir hoje.

TRANSPORTE DE CARGAS

Fator primordial para o escoamento de toda a riqueza produzida no Brasil, a reconstrução e o fortalecimento de toda a malha ferroviária do País passam atualmente a ser debatidos como ponto fundamental também para a mobilidade das cidades.

Entretanto, esse transporte de cargas, segundo Eluiz, precisa ser feito sem que os trens passem por dentro das cidades, pois, em São Paulo, existem linhas da CPTM que na madrugada operam somente para o transporte de car-



A solução da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras está nos trens e metrô

gas, mas, devido ao peso e à quantidade das composições, o risco de avaria nos trilhos é muito grande. “Em nenhum município brasileiro deveria existir trens de carga passando pelas ruas, o risco de um acidente é alto e como as vias são usadas para transporte de passageiros, qualquer dano pode causar um colapso no transporte metropolitano. Existe um projeto paulista idêntico ao rodanel, mas voltado somente para os trens, será o ferroanel, que ajudará a escoação da nossa mercadoria para o porto de Santos”, conclui o sindicalista.

O QUE DIZER DOS METRÔS BRASILEIROS

No Brasil, se forem somadas as extensões de todas as linhas de metrô das sete cidades que trabalham com esse sistema no País, não se chega, por exemplo, à extensão do metrô de Tóquio, que é uma cidade proporcionalmente menor que São Paulo, mas tem um sistema metroviário de 292 quilômetros.

Sete cidades brasileiras trabalham com esse sistema: São Paulo (74,3 km), Recife (44,2 km), Porto Alegre (43,4 km), Brasília (42,4 km), Rio de Janeiro (40,9 km), Belo Horizonte (28,2 km) e Salvador, que, depois de 14 anos, concluiu as obras dos seus 6,6 km de metrô.

Em São Paulo, depois de 40 anos da construção do sistema metroviário, um plano de extensão foi anunciado para 2026, com a expectativa de que a cidade, em 2030, tenha um “metroanel” que interligará todos os ramais. “Esse plano de expansão da forma com que está colocado é importante, porém muito abaixo das necessidades da população”, esclarece Altino de Melo Prazeres, Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

Para Altino de Melo Prazeres, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, o sistema metroviário é fundamental para a solução dos problemas de mobilidade em qualquer cidade brasileira. “Nossa malha metroferroviária era muito maior em 1950. Houve um desmonte porque os governos priorizaram as grandes multinacionais de carros e hoje, estão voltando a investir porque não existe mais saída”, diz o sindicalista.

Revista UGT: Sindicatos de metroviários de todo o País elaboraram um projeto de investimentos para o setor. Por que existe essa necessidade e como isso influencia a população?



Altino de Melo Prazeres: Desde o governo Fernando Henrique, passando pelo presidente Lula e pela Dilma, o que é investido no setor não passa de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e, mesmo assim, a maior parte dessa verba é destinada para transporte rodoviário.

Segundo o projeto que elaboramos, o ideal seria 2% do PIB destinado para o transporte ferroviário. Essa falta de investimentos ocasiona uma redução na quantidade de trabalhadores do setor. Em contrapartida, a demanda não para de aumentar. No metrô de São Paulo, o fluxo de usuários duplicou em dez anos, mas o número de funcionários não acompanhou esse crescimento. Conclusão: temos menos seguranças, o atendimento ao usuário fica reduzido e, a manutenção, em que antes havia critérios maiores para a aprovação de serviços, hoje acaba sendo flexibilizada, aumentando os casos de defeitos ou atrasos.

UGT: O que sindicatos e movimentos sociais podem fazer para melhorar a mobilidade urbana da cidade?

Altino: Independentemente de opinião política ou visão sindical, é preciso fazer um grande debate com a sociedade para sabermos qual o ponto de vista dos trabalhadores em relação a mobilidade, pois para nós, o transporte de alta capacidade deveria ser prioritário nas cidades, para isso é necessário investimento maior. Outro ponto é em relação à geração de empregos. Hoje só temos indústrias de trens multinacionais, precisamos pensar no fortalecimento desse setor nacionalmente.



SINDICALISMO CONTEMPORÂNEO

Mostrando que é possível pensar e discutir o sindicalismo atual, com o objetivo de fortalecer ainda mais a classe trabalhadora organizada, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em parceria com o Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/UNICAMP), promoveu, nos dias 28 e 29 de abril, em São Paulo, o "Seminário Internacional: Sindicalismo Contemporâneo – uma nova visão para o movimento sindical brasileiro".

O evento inédito no País buscou comemorar o Dia do Trabalhador, 1º de maio, de uma maneira diferenciada e refletindo sobre o atual cenário político do País, de que forma esse momento afeta a vida da classe

Seminário Internacional promovido pela UGT mostra como comemorar o Dia do Trabalhador dentro do atual cenário político do País

trabalhadora e da sociedade em geral e qual o papel do movimento sindical nesses novos tempos.

O encontro reuniu representantes do movimento sindical ugetista de diversos estados da federação, parlamentares e militantes. A mesa de abertura contou com a presença do presidente da UGT, Ricardo Patah; Manuel Dias, ministro do Trabalho e Emprego; Eduardo Suplicy, senador da República; professor Anselmo Luís dos Santos, coordenador do

CESIT/UNICAMP; dos deputados federais e vice-presidentes licenciados da UGT, Ademir Camilo, Roberto Santiago, Roberto de Lucena, João Eduardo Dado e Lourival Mendes; do deputado estadual e vice-presidente licenciado da UGT, Davi Zaia; Canindé Pegado, secretário geral da UGT; Chiquinho Pereira, secretário licenciado de Organização e Políticas Sindicais da UGT; José Moacyr, secretário de Finanças da UGT; Clemente Ganz, diretor técnico do DIE-



Representantes de diversos sindicatos de trabalhadores e parlamentares reuniram-se para debater sobre a história do sindicalismo brasileiro, como o movimento está se comportando diante das mudanças que estão ocorrendo na sociedade e o que esperar para o futuro da organização da classe trabalhadora

ESE; Antônio Augusto Queiroz, diretor de documentação/cientista político do Diap; Artur Henrique, secretário municipal do Trabalho; dr. Francisco Gerson Marques, coordenador do Conalis/MTE; desembargadora Rilma Aparecida Heme-

tério, TRT 2º Região; dr. César Augusto Mello, presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB; professor Luiz Alberto de Souza Aranha, vice-diretor da FAAP; Cassia Bufelli, secretária da Mulher da UGT, entre outros.

"Estamos buscando um processo de debate de alta qualidade entre o movimento sindical, trazendo especialistas de vários países para aprofundar o tema. O movimento sindical vem sendo duramente atacado pela grande imprensa e pelos empresários, o que faz com que a sociedade tenha uma percepção muito diferente da realidade da nossa representação. Mesmo tendo pilares fortes, precisamos aprimorá-los", explicou Patah durante seu discurso de abertura do evento. Ele ainda ressaltou que o momento serviu para debater todas as conquistas que o movimento sindical alcançou até hoje e como, ao longo dos anos, seu papel foi se modificando para buscar também mudanças sociais e econômicas que visam uma sociedade justa e igualitária.

Manuel Dias lembrou que a realização do seminário foi fundamental, pois vivemos tempo de alta tecnologia e constante inovação, mas a classe trabalhadora não pode ser prejudicada, uma vez que, junto com essa nova realidade, a precarização é um fantasma que assombra a população. "Esses eventos precisam ser acompanhados do conhecimento. Capacitar e qualificar para poder impedir a alegação de que, com a inovação, é inevitável precarizar o trabalho."

O ex-ministro Henrique Meireles salientou que o seminário foi uma grande celebração para 1º de maio, Dia do Trabalhador. "É isso que se espera de uma entidade que representa a classe trabalhadora do País."

O seminário teve seis mesas que se destacaram pelo alto nível das palestras e dos debates. Os temas foram: Trabalho no capitalismo contemporâneo; Trabalho e desigualda-

des; Movimentos sociais; Sindicalismo no capitalismo contemporâneo; Tendências das relações de trabalho e impactos na organização sindical; Sociedade, economia e trabalho: a visão dos trabalhadores.

Entre os temas debatidos, foi muito enfatizada a mudança de valores que está ocorrendo nas diversas sociedades mundiais e a necessidade de as entidades sindicais acompanharem esse fenômeno, uma vez que, segundo Guy Standing, ex-diretor da OIT (Organização Internacional do Trabalho), os sindicatos precisam se reinventar, pois quem entra no mercado de trabalho hoje quer algo diferente do que os trabalhadores de ontem quiseram.

Outro tema bastante abordado foi a questão da economia global e como as entidades sindicais precisam se mobilizar para que a luta pela ampliação de direitos trabalhistas não tenha fronteiras.

Mas, apesar de todos os desafios que o movimento sindical tem que vencer, para o professor de Ciência Política da UNICAMP, Armando Boito, a organização da classe trabalhadora no Brasil está em recuperação, já que, se compararmos o período atual com o início da década de 1990 até 2002, houve uma melhora expressiva. A partir de 2004, 54% dos acordos e convenções coletivas foram acima da inflação.

Mesmo com esse bom retrospecto, o movimento sindical brasileiro vem sendo duramente atacado para que as empresas consigam acabar com as relações trabalhistas e ampliem a precarização no mercado de trabalho.

Com a realização do seminário, a UGT enfatiza a importância de se discutir o movimento sindical, buscando ampliar sua atuação e sua representatividade, acompanhando as mudanças sociais e culturais nas sociedades e se fortalecendo como ferramenta de luta e instrumento essencial em qualquer democracia.

POPULAÇÃO TERÁ ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PLENA

O substitutivo do PL 4385/94, aprovado no Congresso e no Senado, reforça a importância dos profissionais farmacêuticos como agentes de saúde essenciais para a população

Após 20 anos de tramitação no Congresso Federal, o Projeto de Lei (PL) 4385/94 mudou e já foi aprovado até no Senado, por unanimidade. Em 08 de agosto foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, como lei 13021/2014, fazendo com que as farmácias passem a ser unidades de assistência à saúde e não apenas estabelecimentos comerciais.

O que inicialmente era lesivo à população e à classe farmacêutica, hoje é totalmente diferente. Quando apresentado pela ex-senadora Marluce Pinto, o PL 4385/94 tirava a obrigatoriedade da presença de um profissional qualificado e passava a auxiliares de farmácia, que têm curso profissionalizante de nível médio, a responsabilidade de responder pelas instituições onde trabalhavam. Mas um substitutivo apresentado, em 1997, pelo deputado Ivan Valente, reconduzindo o profissional farmacêutico como agente de saúde essencial nos locais onde há dispensação de medicamentos, representou o primei-

ro passo para corrigir essa injustiça com os trabalhadores e trabalhadoras do setor e com a sociedade.

Em fevereiro deste ano, diversas entidades farmacêuticas de todo o País formaram o Fórum Nacional de Luta pela Valorização Profissional. Esse grupo de trabalho atualizou o substitutivo e o rerepresentou sob a forma de subemenda aglutinativa. Hoje, o Projeto visa valorizar a saúde pública, a assistência farmacêutica e fazer com que as farmácias e drogarias se tornem estabelecimentos de saúde.

A luta não foi fácil, mas, com as ações promovidas pelas diferentes entidades que representam a categoria em todos os estados da federação, juntamente com o apoio da União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio de seu vice-presidente e deputado federal, hoje licenciado, Roberto Santiago, e de Francisco Claudio de Melo, também licenciado da presidência do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro e da primeira vice-presidência da Federação Interestadual de Farmacêuticos (FEIFAR), foi possível encontrar pessoas comprometidas com a classe trabalhadora e que não mediram esforços para alcançar esta que é uma importante conquista.

O momento é histórico, pois a Lei 13021/14 tem como objetivo bene-



Farmacêuticos de todos os estados da federação participaram de manifestação em Brasília

ficiar os cerca de 180 mil profissionais de todo o País, já que a medida, que também dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, visa ampliar os postos de trabalho para o setor, além de ser um benefício para a saúde pública brasileira.

Com a sanção presidencial, os estabelecimentos serão classificados como farmácias sem manipulação ou drogarias de dispensação e comércio de drogas, medicamentos e correlatos em sua embalagem original. Ou farmácias com manipulação onde serão manipulados medicamentos e produtos magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos insumos farmacêuticos e correlatos.

Os profissionais farmacêuticos deverão seguir procedimentos específicos no exercício de suas atividades, como notificar profissionais de saúde, laboratórios ou órgãos sanitários em relação a efeitos colaterais durante o uso de medicamentos.

Outra atividade que também será de responsabilidade dos farmacêuti-

cos é o acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, estando internados ou não, em enfermarias ou estabelecimentos hospitalares.

“A presença do farmacêutico é fundamental para orientar o consumidor e acompanhar os pacientes. É ele quem deve notificar aos órgãos competentes sobre quaisquer irregularidades, como, por exemplo, efeitos colaterais, reações adversas e intoxicações providas dos remédios”, explica Roberto Santiago.

Francisco Claudio de Melo, militante nas campanhas de luta da categoria, contou à revista da UGT que, a partir da sanção presidencial, os farmacêuticos terão a devida valorização pela importância da realização de suas funções. Ele vislumbra que, futuramente, será possível registrar os técnicos de farmácia nos Conselhos de Farmácia e isso será fundamental, pois os farmacêuticos terão pessoas cada vez mais capacitadas ao seu lado, já que esses profissionais também passarão por cursos de qualificação, o que hoje não é necessário. “Quem ganha com isso é a população. Pensando mais para frente, os técnicos serão qualificados como agentes de saúde e poderão até fazer concurso público, o que contribuirá para o desenvolvimento profissional dessas pessoas, para a melhoria em sua renda e em sua qualidade de vida”, conclui.



Roberto Santiago, vice-presidente licenciado da UGT (esquerda), e Francisco Claudio de Melo, também licenciado da presidência dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro

A SITUAÇÃO DOS JOVENS “NEM-NEM”

As mudanças recentes no mercado de trabalho têm provocado muitas discussões e análises a respeito do comportamento dos jovens na sociedade brasileira. Afinal, será que eles estão trocando a escola pelo trabalho? Por que será que há tantos jovens que não trabalham nem estudam (os chamados “nem-nem”) numa época em que o mercado de trabalho anda tão aquecido? Por que essa juventude não ingressa na PEA (População Economicamente Ativa), diminuindo, assim, as restrições de oferta da economia? A chave para entender o comportamento recente dos jovens no mercado de trabalho é segui-los ao longo do tempo, acompanhando suas trajetórias em diferentes situações.

Numa pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram

acompanhados jovens entre 17 e 22 anos de idade, pelo período de um ano, entre 2010 e 2011. No momento inicial da análise, 19% deles estudavam e ao mesmo tempo estavam na PEA, seja trabalhando ou procurando emprego. Por outro lado, 40% deles estavam na PEA sem estudar, 25% somente estudavam e 16% estavam na categoria “nem-nem”, ou seja, nem estudavam nem trabalhavam nem procuravam emprego.

Entretanto, a maior parte desses jovens não permaneceu nessa situação inicial por muito tempo. O gráfico 1 mostra que, entre os que estudavam e também estavam na PEA, um terço tinha abandonado a escola um ano depois, 13% abandonaram o trabalho e 6% nem estudavam nem trabalhavam. Dentre aqueles que estavam só trabalhando ou procurando emprego, a maioria (76%) permaneceu na mesma situação.

Interessante notar que, entre os estudantes em período integral, só metade continuava na escola (ou faculdade) sem trabalhar um ano depois, 20% já tinham ingressado no mercado de trabalho, 18% tinham abandonado os estudos para começar a trabalhar e 13% não estavam fazendo nada. Vale notar que a transição da escola para o trabalho nessa idade provavelmente significa abandono da faculdade ou conclusão do ensino médio sem posterior ingresso no superior.

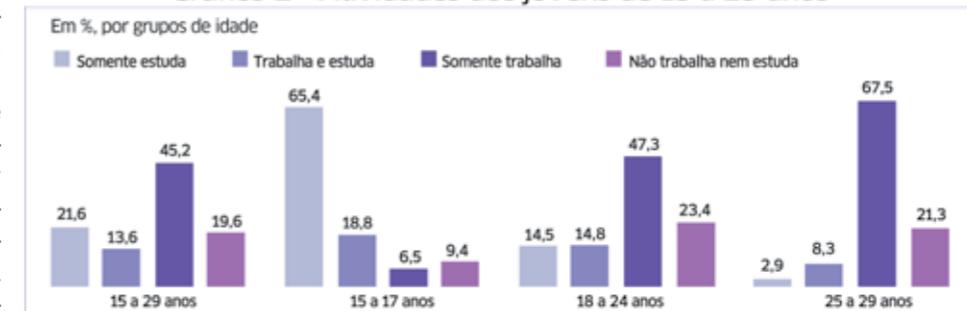
Por fim, entre os jovens do grupo “nem-nem”, que tanto interesse têm despertado ultimamente, somente 42% permaneceram na mesma situação um ano depois. Outros 42% ingressaram no mercado de trabalho, 10% voltaram a estudar e 6% deles começaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Vemos assim que a situação do jovem é bastante volátil. O jovem

Gráfico 1 - Características dos jovens “nem-nem”



Gráfico 2 - Atividades dos jovens de 15 a 29 anos



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012

precisa trocar de empregos para saber o que realmente gosta de fazer. A analogia com o mercado de casamentos é muito boa nesse caso. Dificilmente a jovem vai se casar com seu primeiro(a) namorado(a), pois experimentar faz parte da vivência necessária para encontrar seu par ideal. Na transição entre empregos, ou no período de transição entre a escola e o emprego, o jovem pode ficar na situação “nem-nem”, mas isso é transitório na maioria das vezes. Nesse caso, é necessário olhar o fluxo para entender o problema, pois a fotografia pode mostrar um quadro pior do que a realidade.

Porém, os casos em que a situação “nem-nem” persiste por muito tempo exigem mais atenção. A duração média dos jovens nessa situação gira em torno de quatro meses e tem aumentado lentamente ao longo do tempo. Vale notar que a maior parte dos “nem-nem” tem pouca educação, 19 ou 20 anos de idade, são negros, pardos e mulheres. Cerca de 27% dos jovens com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) estão nessa condição, comparados com apenas

16% entre aqueles com ensino médio completo. Além disso, a duração média nessa situação é maior para o grupo menos escolarizado, chegando a cinco meses em média (gráfico 2).

Mas, por que será que esses jovens com baixa escolaridade estão abandonando a escola e permanecendo inativos? A maior parte deles desiluiu-se com a escola pública e decidiu ingressar no mercado de trabalho, atraídos pelo crescimento salarial dos menos qualificados nos últimos anos. Porém, a duração no emprego também é curta para esses jovens. Assim, eles ficam transitando entre uma situação de trabalho precário e a inatividade, aumentando a probabilidade de terem problemas sérios no futuro e diminuindo a produtividade da economia.

A solução para esses casos seria aumentar a atratividade da escola pública e investir na primeira infância, para que a criança não fique cada vez mais para trás no sistema escolar. Mas, para o jovem qualificado, a situação “nem-nem” é em grande parte temporária, especialmente em períodos de economia aquecida.



A Confederação Sindical Internacional (CSI), instituição que representa mais de 180 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em 161 países, tem, desde o seu 3º Congresso, que aconteceu em maio deste ano, em Berlim, Alemanha, um brasileiro à frente da entidade. O professor João Felício foi eleito de forma unânime pelos 1500 delegados presentes ao evento.

Primeiro sindicalista latino-americano a presidir a CSI, Felício propõe fortalecer a organização, a unidade e a mobilização do sindicalismo contra as insistentes tentativas de subtração de direitos trabalhistas e de fortalecimento do neoliberalismo.

Segundo Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), entidade que apoiou incondicionalmente a candidatura de João Felício ao cargo, a eleição de um brasileiro como presidente da maior entidade sindical do mundo mostra que o movimento sindical no Brasil se tornou referência internacional.

“Em diversos países, a organização da classe trabalhadora vem sofrendo ataques que visam enfraquecer a estrutura, sempre com o argumento de que, para enfrentar a crise na economia internacional, iniciada em 2008, é preciso tirar direitos da classe trabalhadora. No Brasil, apesar de sofrermos também com esses ataques, conseguimos provar que qualquer crise pode e deve ser enfrentada com a valorização da classe trabalhadora, com melhor distribuição de renda e com o aquecimento da economia interna. Essa experiência será fundamental para a CSI”, explica Patah.

De acordo com João Felício, em entrevista publicada após o pleito, sua eleição demonstra a importância do sindicalismo brasileiro e da unidade que se formou em torno de sua candidatura. “A definição reforça nossa responsabilidade de avançar na consolidação de conquistas para a classe trabalhadora”, explicou o presidente da CSI, que concluiu: “Devemos reforçar a luta com uma ação pela base, de enfrentamento à globalização neoliberal”.

Um brasileiro à frente da maior ENTIDADE SINDICAL DO MUNDO

A CSI é uma entidade criada em 2006, com a união da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl), que reunia concepções europeias e norte-americanas, com a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), de orientação democrata-cristã e que tinha como slogan “humanizar a globalização”.

Dois anos após a criação da CSI, a crise financeira internacional surgiu provocando desemprego, perda de direitos e enfraquecimento do movimento sindical, confirmando que a globalização atende muito mais aos interesses do capitalismo e deixando uma dúvida: será possível existir uma globalização humanizada?

Uma resposta difícil, já que a crise de 2008 não melhorou a distribuição de renda das sociedades ou diminuiu a pobreza no mundo. Pelo contrário: os ricos ficaram mais ricos e houve uma expansão considerável das relações internacionais. Contudo, a garantia de direitos de forma global não acompanhou esse processo. Esse pode ser considerado o grande desafio do movimento sindical internacional.



Eleição de João Felício mostra que o movimento sindical brasileiro vem, ao longo dos anos, tornando-se referência internacional

A UGT JOVEM E A LUTA PELO TRABALHO DECENTE

Criado em junho de 2009, o Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude tem como principal objetivo a melhoria das condições de trabalho entre os jovens e a defesa do trabalho decente para os mais de 50 milhões de homens e mulheres com idades entre 18 e 29 anos. Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Subcomitê é formado, ainda, por representações de outros ministérios, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Ado-

lescente, de confederações empresariais e das centrais sindicais. Adicionalmente, o subcomitê recebe apoio técnico da OIT (Organização Internacional do Trabalho), do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e de outros órgãos para a realização dos seus trabalhos.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio de sua Secretaria Nacional de Juventude, participa do Subcomitê e atua, juntamente com os demais membros, na construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), documento que tem como base as diretrizes e os anseios mapeados na

I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) de 2010 e na II Conferência Nacional de Juventude, em 2011.

A ANTJ tem como foco os jovens entre 15 e 29 anos e, além disso, estrutura-se em torno de quatro prioridades: I) mais e melhor educação; II) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; III) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamentos; e IV) diálogo social: juventude, trabalho e educação. Em resumo, a agenda irá conter um conjunto de metas e indicadores capazes de promover a real concretização das linhas de ação traçadas pelo Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ) e deverá, ainda, nortear as ações, programas e estratégias governamentais, empresariais e sindicais no que diz respeito ao tema trabalho decente para a juventude.

Segundo o secretário nacional de Juventude da UGT, Gustavo de Pádua Walfrido Filho, “tanto o plano quanto a agenda são importantes passos para a melhoria da condição de vida do jovem trabalhador. As centrais sindicais têm a grande oportunidade de influenciar num processo que compromete a todos e que pode trazer avanços no enfrentamento de questões como o desemprego juvenil, a alta rotatividade, a precarização do trabalho do jovem, o combate às desigualdades de gênero e raça e a luta pela promoção da conciliação entre o trabalho, o estudo e a vida familiar”.

Ainda segundo o secretário, “pensar em uma política estrutural de emprego para jovens é uma parte importante do pacote de ações que precisam ser tomadas com urgência para o desenvolvimento do Brasil e para a superação de grandes problemas históricos do País”.

“A construção do PNTDJ é um passo fundamental e poderá, inclusive, ser utilizado no âmbito da negociação coletiva. Além disso, esse traba-



A luta pela melhoria nas condições de trabalho para a juventude brasileira será o resultado das ações conjuntas promovidas pelas centrais sindicais e movimentos sociais



Eduardo Alves (Juventude Força Sindical), Marcellie Dessimoni (UGT), Léa Marques (Juventude CUT) e Eryka Galindo (Juventude CONTAG)

lho tem nos permitido defender os inúmeros anseios da nossa juventude, que se caracteriza por ser trabalhadora e plural em suas ações. Acredito que o plano deve abranger todos esses ângulos e construir uma conjuntura que favoreça todos os jovens, tendo como base o trabalho decente”, acrescenta Marcellie Dessimoni, assessora do Comitê de Sustentabilidade da UGT e membro da UGT Jovem, que também acompanha os trabalhos do Subcomitê representando a Secretaria de Juventude da UGT.

Atualmente, o Subcomitê trabalha no desenvolvimento dos seguintes trabalhos: o primeiro, por meio do Ipea, consiste num levantamento sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. O segundo diz respeito ao primeiro eixo da agenda: “mais e melhor educação”. Sobre o tema, a UGT, juntamente com as de-

mais centrais, defende a melhoria da qualidade do ensino, em todas as esferas, com a valorização dos profissionais em educação, melhoria das instalações físicas e integração das políticas públicas de juventude. Defende, também, a ampliação do número de vagas no ensino público e o fomento às políticas de assistência aos estudantes, em especial àqueles de baixa renda, afrodescendentes e jovens com deficiências.

PROTAGONISMO UGETISTA E INFLUÊNCIA DAS CENTRAIS SINDICAIS

Por meio do diálogo social tripartite, serão definidos quais metas e indicadores são os mais adequados para implantação e monitoramento da ANTJ, e a bancada dos trabalhadores – em especial a UGT – executa um importante trabalho.

Nesse contexto, a UGT defende a atualização dos currículos escolares e a inserção de atividades de orientação para o mundo do trabalho, abordando temas como trabalho decente e legislação. Defende, ainda, a aproximação entre os Postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e as universidades. Esses são apenas alguns dos pontos propostos pelo movimento sindical e demonstram a profundidade e a importância do trabalho desenvolvido no âmbito do Subcomitê.

A articulação das centrais sindicais, a preparação para as reuniões, o levantamento de dados e o conhecimento da realidade juvenil têm sido cruciais para a excelente participação dos trabalhadores nesse debate.

“Temos muito trabalho pela frente e importantes desafios para superar. Sabemos, também, que não é fácil defender a ampliação dos direitos, das garantias e a melhoria da realidade do jovem quando forças tão poderosas trabalham em sentido contrário, mas temos certeza que conseguimos vitórias importantes e que, juntos, conseguiremos mais avanços”, avalia Gustavo.



Gustavo de Pádua Walfrido Filho é secretário nacional de Juventude da UGT

COMIDAS DE RUA SÃO LIBERADAS EM SÃO PAULO

Prefeitura regulamenta comércio de alimento nas ruas com foco na criação de novos postos de trabalho e na formalização das pessoas que já exercem essa atividade

Neste ano, São Paulo deu um passo importante para a organização da atividade e ampliação da fiscalização para o comércio de alimentos nas ruas da cidade. O decreto 55.085/2014, publicado em maio, permite a venda de comidas em foodtrucks (vans, carros, peruas ou caminhões adaptados), carrinhos e barracas em vias e áreas públicas, garantindo um meio legal para o desenvolvimento da atividade.

“A expectativa é positiva pelo aspecto da regularização dos trabalha-

dores e trabalhadoras que já estão nas ruas comercializando seus produtos e, inevitavelmente, pela criação de várias frentes de trabalho na cidade, gerando muitos empregos”, explica José Artur Aguiar, Secretário Nacional de Trabalhadores Informais e Microcréditos da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O texto, de autoria dos vereadores Antônio Goulart (PSD), Marco Aurélio Cunha (PSD), Arselino Tatto (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Floriano Pesaro (PSDB) e Ricardo Nunes (PMDB), determina quais ali-



mentos podem ser comercializados, em que locais, horários, procedimentos para conseguir a autorização, as obrigações e proibições.

Goulart, que tem como uma de suas bandeiras de luta a regularização dos vendedores ambulantes nos arredores dos estádios da capital, ressaltou que, após o retorno da comida de rua, a cidade ganhou em

diferentes aspectos, pois, quando foi proibido o comércio de rua em volta dos estádios, os torcedores sentiram falta de um lugar para se reunir após os jogos. Para muitos, era uma tradição e um ponto de encontro. Outro ponto positivo é que, a partir de agora, ficará melhor a fiscalização feita pelas subprefeituras, já que serão determinados os pontos de ven-

da para que não prejudiquem o comércio, evitando a concorrência desleal, uma vez que agora os ambulantes pagarão impostos.

O vereador lembrou também que, para os paulistanos, ficam a garantia de qualidade dos produtos, a diversificação e uma maior abrangência pela cidade, que, não por acaso, é a capital mundial da gastronomia. “Os comerciantes terão a segurança de um local fixo enquanto tiverem o TPU (Termo de Permissão de Uso) e poderão, inclusive, investir em seus negócios sem receios. Em resumo, todos saem ganhando com essa lei”, esclarece Goulart.

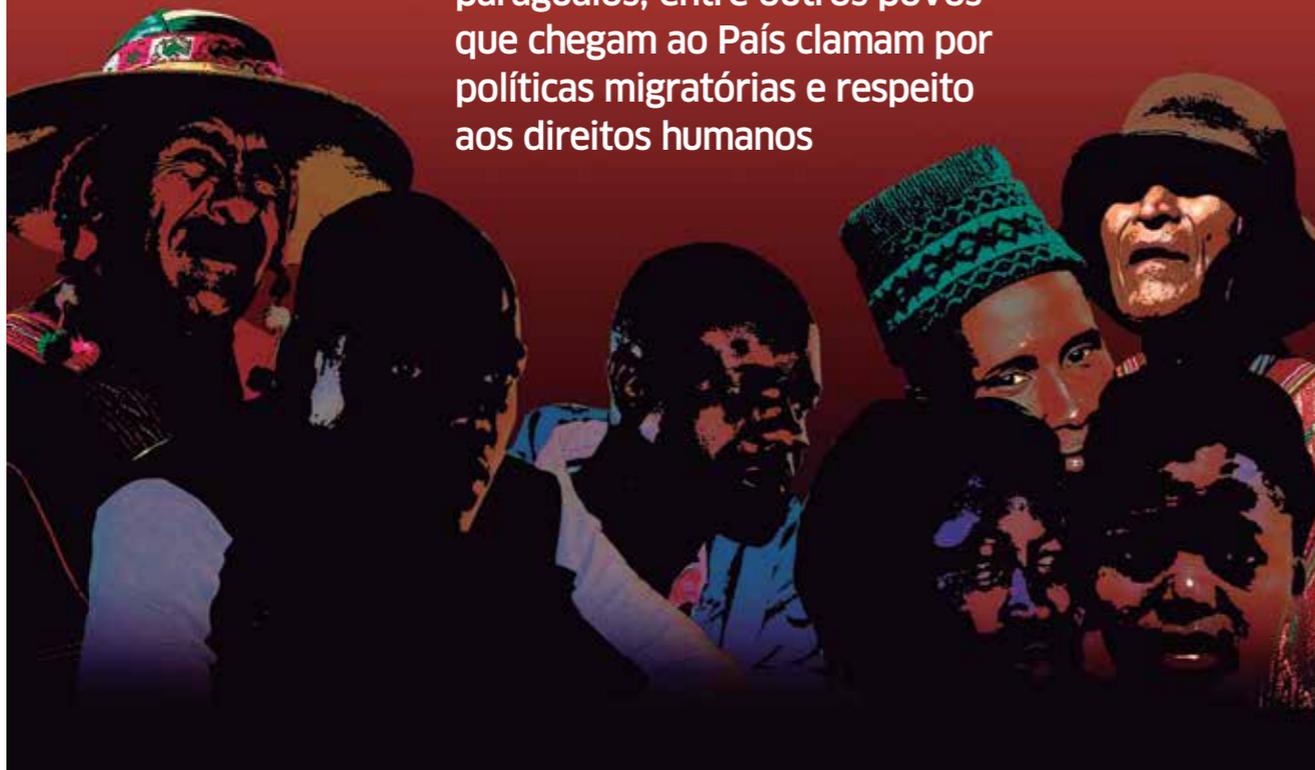
No projeto, as subprefeituras farão editais de chamamento público para conceder as autorizações. Os interessados deverão apresentar documentações necessárias e indicar o tipo de equipamento utilizado, quais alimentos serão comercializados, os dias e o período das atividades.

O prefeito Fernando Haddad vetou a venda de alimentos em barracas ou carrinhos montados dentro de garagens ou imóveis particulares, os chamados puxadinhos, comuns ao redor de faculdades ou nas periferias da cidade, onde o morador transforma sua garagem em lanchonetes, sorveterias ou bares, assim como a venda de bebidas alcoólicas nas vias e áreas públicas da cidade sem a autorização da subprefeitura.

As mudanças devem atrair barracas e furgões adaptados para comercialização de pratos da alta gastronomia e com preços mais acessíveis, além de contribuir para a fiscalização em relação à higiene e à forma com que esses alimentos são manuseados.

“O aspecto positivo é que todos devem ser basicamente microempreendedores. Isso significa regulamentação da atividade. Por outro lado, a lei deve ser cumprida na íntegra para que não tenhamos casos de abuso ou venda de pontos nas subprefeituras”, conclui Artur.

Haitianos, bolivianos, peruanos, paraguaios, entre outros povos que chegam ao País clamam por políticas migratórias e respeito aos direitos humanos



UM SONHO QUE CAI POR TERRA

A Revista da UGT foi a campo conferir como vive essa população. Sejam imigrantes ou refugiados, saíram de sua Terra Mãe. Para trás, ficaram famílias, amores, projetos a serem concluídos. O alvo era a realização numa terra de oportunidades. Como destino, o Brasil. Com um sonho na cabeça e a esperança no coração, muitas vezes o caminho a percorrer é tortuoso, porém o amparo a eles é o que faz a diferença.

Conversamos com duas entidades que dão suporte à população migrante e um missionário da ONU com atuação no programa Pacto Global. A Missão Paz, que tem várias frentes como a Casa da Acolhida, o Centro de Pastoral e Mediação, o Centro de Estudos Migratórios, entre outras áreas, atende haitianos e africanos que têm chegado ao País. O CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante) recebe majoritariamente os latino-americanos e por eles faz tudo o que estiver envolvido com os

imigrantes: desde regularização de documentos, encaminhamento a postos de saúde, monitoramento em locais de trabalho, cursos e eventos. E conhecemos também um lado da ONU que busca, no acolhimento de fronteiras, aproximar as diferenças culturais para confortar esses estrangeiros ainda em solo desconhecido.

O TORTUOSO CAMINHO NA BUSCA DE UM ELDORADO

Entre moradias antigas, cortiços e abrigos de prefeitura, a Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada na Rua do Glicério, no centro de São Paulo, é uma luz para os haitianos que adentram na cidade.

Os haitianos que não conseguem visto humanitário quando saem de Porto Príncipe optam por uma travessia arriscada, passando por Equador, Peru, atravessando o Pacífico para chegar no Atlântico. São conduzidos por “coiotes” – pessoas que cobram deles a bagatela de até 10 mil dólares (economia de uma vida inteira) para fazer a ponte com as autoridades policiais. Já em solo brasileiro, costumam ter como destino o Acre e depois outras regiões.

No Brasil, fazem o pedido de refúgio ao Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE), em Brasília, que passa ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e este emite a possibilidade de ficar no Brasil.

Na capital paulista, esses imigrantes encontraram na Missão Paz o acolhimento que necessitam. De 2011 – quando o Haiti foi devastado por um terremoto – para cá, já passaram pela Igreja da Paz cerca de 2600 haitianos. Do total de 20 mil que estão espalhados pelo Brasil, 12 mil foram acolhidos pelos padres scalabrianos de Manaus, Cuiabá, Curitiba, além da capital paulista. Zona leste e Santo André são também pontos de concentração desses imigrantes em São Paulo.

“Nós tivemos um grande fluxo que veio este ano do Acre. Chegamos a hospedar 320/330 haitianos por dia. Isso começou em abril, com o problema de alagamento no estado. A prefeitura de São Paulo abriu um abrigo emergencial a 80 metros daqui. Eles vão, mas voltam na mesma hora. E falam: ‘nós não dormimos nesse lugar, preferimos dormir na rua’”, conta padre Paolo Parise, diretor da

Missão Paz, que, por diversas madrugadas, se deparou com uma fila de haitianos no portão da igreja, fugindo das condições precárias oferecidas pelo abrigo da prefeitura.

E o público é outro. “Não se trata de discriminação, mas de dar atenção específica para cada tipo de público. Lá tem morador de rua, usuário de droga. O plano B seria esvaziar o abrigo, remanejar o pessoal e momentaneamente reservar para os imigrantes. O passo à frente será a criação



Padre Paolo Parise

do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), estrutura não só de abrigo, de 120 vagas, mas também de serviços para imigrantes”, informa padre Paolo, uma vez que o número é crescente e a Igreja da Paz tem acolhido muitos africanos também.

Além de alimentação, banho, atendimento de saúde, psicológico, sala de TV, biblioteca, aula de português (curso SOS português), brinquedoteca, a Missão Paz também ajuda com documentação, na emissão de carteira de trabalho, além da mediação com as empresas e palestras de leis trabalhistas.

Um dado interessante é que a documentação dos haitianos é resolvida mais rapidamente que a dos africanos, por exemplo. Para padre Paolo, isso se deve à pressão da sociedade e da mídia, mas falta uma visão global da gestão política migratória.

“Uma emissão da carteira de trabalho para um haitiano é conseguida num dia. Foi uma luta, mas conseguimos. Agora, se um imigrante é do Congo, de Angola, Camarões, demora até um mês e meio. Os outros países, como Peru e outros da Amé-

Caso de um haitiano

Jean Brunel Jules tem 30 anos e está há 10 meses no Brasil. Estudante do segundo ano de Ciências Administrativas, trancou a faculdade, deixou a namorada no Haiti, família e veio para o Brasil, já com visto que conseguiu na Embaixada de Porto Príncipe. Seu objetivo era poder estudar e trabalhar aqui, para que, quando retornasse ao Haiti, mais especializado, seu salário pudesse melhorar.

“Escutava falar que no Brasil a gente podia crescer, mas mal sabia como funcionava aqui. Trabalhava numa organização internacional de ajuda à humanidade, acompanhava os bombeiros quando tinha enchentes na cidade. Mas para mim aqui está sendo uma experiência difícil, porque eu trabalho na construção civil. Salário baixo e não respeitam as pessoas, parecemos gente mais baixa na comunidade. Passamos muito tempo no trabalho. Meu amigo trabalhou tirando água de um buraco por duas semanas sem poder trocar de bota, toda encharcada. Foi pedir para trocar e mandaram ele embora. Isso é uma violação”, contesta Jean Jules.

Jules disse que perdeu a alegria e tem vergonha de mostrar onde está morando. “Aqui o aluguel é muito caro! Só o quarto é R\$ 500, R\$ 600, e quanto trabalhamos por mês?! A gente queria morar numa casa bonita. Não podemos tirar fotos aqui da nossa casa no Brasil para enviar para o Haiti. Nossa família vai chorar em ver onde dormimos. Eu gosto do Brasil, mas não posso ficar. Não temos acesso à faculdade também. Se não posso estudar no Brasil, não posso ficar. Amo meu país”, argumenta.

Para ele, o governo deve respeitar os direitos humanos em todas as áreas. “Eu quero que as condições humanas sejam respeitadas. Somos iguais, mas aqui tem muita discriminação social. Nós não viemos só para trabalhar, porque nós haitianos gostamos de viajar. Quando fala de haitiano não é só miséria. Se aqui não é bom para nós, vamos embora”, enfatiza.





Igreja da Paz

rica Latina, também. Isto é um absurdo. Se sentiram pressionados, então vamos dar solução para os haitianos. E os outros imigrantes? A nossa bandeira é que haja um tratamento igual para os outros”, afirma o padre.

A monitoração da Missão Paz com as empresas e o Ministério do Trabalho e Emprego tem sido constante. A maior concentração de haitianos no mercado de trabalho tem sido em empresas frigoríficas como Aurora e Perdigão. O salário gira em torno de R\$ 1150, com carteira assinada, plano de saúde, alimentação e alojamento.

“Teve um caso de Pernambuco em que foi combinado R\$ 1100 e quando chegou lá a empresa falou R\$ 700. Eles disseram não e voltaram todos. Sempre fornecemos para eles os nossos telefones e os contatos para denunciar se acontecer alguma coisa. Então eu vejo que são muito espertos, rápidos”, acrescenta o padre.

Há empresas, segundo padre Paolo, que evitam a contratação de haitianos, como foi o caso de uma terceirizada da Odebrecht, no Rio de Janeiro. “Ela não estava pagando vale-refeição. Rapidamente, ligaram para a gente e chamaram jornalistas. Tanto que a empresa disse para a gente: ‘Não quero mais haitianos, eles criam problemas!’”, diz.

Padre Paolo fala que os haitianos

andam sentindo que aquele Brasil que imaginavam de portas abertas é um país racista. “Eles percebem e contam os fatos das ruas. Respiram essa intolerância, mas, em geral, gostam do Brasil”, finaliza.

O RESGATE DE IDENTIDADE

Pelas pesquisas de personagens envolvidos com as causas dos haitianos, encontramos dr. Marcelo Reis, missionário Boina Azul para o Haiti e embaixador pelo Pacto Global da ONU, que atua na questão de visitação, esclarecimento profissional, resgate de religiosidade e aproximação com as raízes africanas. O trabalho de dr. Reis, enviado ao Haiti na época da calamidade



Marcelo Reis

dade no País, é abrangente.

Eles vêm de culturas e línguas diferentes. Têm o francês ou o crioulo haitiano como dialeto e o vodu presente nas cerimônias religiosas e musicais. Chegam aqui, se deparam com outra língua, outros hábitos e pensamentos religiosos. “Como sacerdotes, cuidamos para eles não largarem o país, porque ficam tristes e perdidos. Ajudamos a buscar a essência dentro deles. Às vezes, Deus é colocado de uma maneira bíblica e eles têm outras referências. Nós mostramos também o lado da fé, o caminho. Trabalhamos com a questão dos fitoterápicos, florais, no atendimento às empresas farmacêuticas, o que envolve o técnico em holística”, aponta o missionário.

Apesar de algumas dificuldades, festas populares, como a da Bandeira, e eventos culturais e esportivos também são atividades que aproximam esses habitantes em terra desconhecida. Junto com a Copa Mundial, organizaram a Copa dos Refugiados. Muitos eram jogadores profissionais em seus países de origem e jogavam por uma cesta básica. As partidas eram disputadas embaixo do Viaduto do Glicério.

Muito trabalho pela frente. O missionário divulga a necessidade de mais voluntários. Quem quiser se candidatar e receber o treinamento para ser um Missionário Boina Azul, precisa ser maior de idade e alfabetizado. Para mais informações, basta entrar em contato com dr. Marcelo Reis pelo e-mail: comendador.reis@hotmail.com ou pelo telefone: 11 95424-4888.

IMIGRANTES OU REFUGIADOS... ELES QUEREM SER PROTAGONISTAS

E, por fim, a Revista da UGT chegou até a região do metrô Armênia,



Nelson Bison

zona norte da capital paulista, onde está localizado o CAMI, que atende em sua maioria bolivianos, peruanos e paraguaios. Era dia de oficina de multiplicadores de base – lideranças das comunidades reconhecidas pela população local, que visitam as oficinas de costura, trazem os problemas da região para o CAMI e levam as orientações que devem ser tomadas, assim como divulgação de atividades.

“Esses agentes sociais são o braço direito do CAMI. Ao invés dos imigrantes virem até nós, porque moram longe – onde o aluguel é mais barato, vamos até os bairros, nas comunidades deles, onde estão instaladas as oficinas”, destaca Nelson Bison, coordenador e um dos fundadores da casa. As reuniões com esses agentes são mensais e feitas aos finais de semana. Atendem a Grande São Paulo, Carapicuíba, Itaquaquecetuba e o município de São Paulo. A intenção é ampliar a área de atuação para Osasco, Itapevi e Francisco Morato. Com cerca de 15 multiplicadores, a meta é chegar a 20 até o final do ano.

Com o objetivo de empoderar os imigrantes para gerar neles autonomia, independência e emancipação, o CAMI quer que os imigrantes atinjam o protagonismo e controle de sua própria existência. Para isso, coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e corpo jurídico trabalham para

que o imigrante tenha uma capilaridade na sociedade e possa lutar pelos próprios direitos e influenciar na transformação da sociedade.

Desde regularização de documentação, cursos de capacitação, de línguas, palestras e oficinas de formação, formam também líderes migrantes, na perspectiva ecumênica, agregando várias crenças. Nello Pulcineli, assistente social do CAMI, explica que é importante o imigrante ter um papel humanitário, social, cultural e político também.

Não há dados oficiais de quantos imigrantes estão por aqui, a legislação é firmada no Estatuto do Estrangeiro, que ainda precisa passar por uma reformulação. A atuação do estado ainda é restritiva e não há políticas públicas favoráveis a esses povos, caindo na ilegalidade, tendo que se virar em condições subumanas. Porém, o Ministério do Trabalho tem apertado o cerco na fiscalização às oficinas de roupas.

A maioria dos imigrantes instalada aqui há mais tempo com suas famílias já conseguiu recursos, comprar algumas máquinas e começou a trabalhar por conta própria para alguma confecção. Trazem parentes e vão organizando as oficinas. É um trabalho sem horário. Eles produzem peças e, como ganham pouco,



Nello Pulcineli

têm que trabalhar muito para conseguir um dinheiro. Chegam a trabalhar de 14 a 16 horas diárias. A maioria sem carteira de trabalho. “Estamos tentando conscientizar os imigrantes para que eles se regularizem, porque o Ministério do Trabalho está vigilante. E o CAMI é chamado para ajudar no resgate de trabalhadores dessas oficinas, que são verdadeiros cárceres, e acabam sendo fechadas”, informa Nelson Bison.

Para chegar nessas comunidades e orientar é preciso muito tato também. Muitos ficam receosos, pensando ser uma fiscalização à paisana e não abrem as portas para receber a ajuda de um agente do CAMI. “Buscamos um diferencial na hora da abordagem. É preciso conhecer e compreender a cultura dos imigrantes, o jeito deles serem, identificar as dificuldades e barreiras, compreender a vitimização do imigrante com relação à xenofobia, discriminação, bullying, violência, apoiar a defesa do direito do imigrante contra essas questões e também dos descasos das autoridades e funcionários públicos de serviços de atendimento como o de saúde e educação”, explica Pulcineli sobre o trabalho.

O CAMI coordena o projeto Escola da Diversidade Cultural, que acontece dentro das escolas públicas, com o objetivo de trabalhar com a integração de alunos brasileiros e imigrantes para que não tenham essa disputa, essa perseguição de luta de preconceito.

Entre outras atuações do CAMI, está a circulação do jornal Nosotros, a participação na Conferência de Migrações e Refúgio (Comigrar), na Marcha dos Imigrantes e na realização do Festival de Música e Poesia do Imigrante, com o tema “migração, trabalho e tráfico de pessoas”, que será realizado em 21 de setembro deste ano, na Praça Kantuta.

Para mais informações, acesse:
www.cami-spm.com.br
Telefone: 11 2694.5428

AS MIGRAÇÕES E O DIREITO DOS TRABALHADORES



A vinda de estrangeiros para o Brasil imprimiu uma diversidade enorme de artes, culinária, música, dança, entre outros. Mas ainda há muito o que fazer para que os imigrantes possam viver em igualdade de condições com os nacionais

A discussão sobre as migrações no Brasil vem ganhando relevância e destaque na mídia e na sociedade civil com a recente chegada dos haitianos. Mas este fenômeno, relacionado com um desastre natural ocorrido no Haiti, nem de longe reflete o histórico processo migratório brasileiro, que é dotado de uma diversidade cultural, social e linguística que torna este um fenômeno único para nós.

Podemos olhar para as migrações

no Brasil a partir de alguns momentos. Primeiramente com os nordestinos que, fugindo da fome, migraram para o sudeste do País, o que trouxe para a região, em especial para São Paulo, desenvolvimento e riqueza. Posteriormente, aconteceu a construção da nova capital e muitos nordestinos migraram para o centro-oeste para construir Brasília.

Uma segunda onda migratória se deu com a vinda de estrangeiros para o Brasil, ainda no período escravocrata. Estes migrantes são os que imprimiram um multiculturalismo em

tudo que fizeram: artes, culinária, música, dança, organização dos bairros, entre outros.

Um terceiro fenômeno migratório é o dos brasileiros que migraram para outros países nas últimas décadas, mas que, devido a dificuldades econômicas e até barreiras sociais e xenofóbicas nos países de destino, decidiram fazer o caminho inverso e voltar à sua terra. São os retornados, que estão voltando, em parte, devido à crise mundial eclodida em 2008.

À medida que o Brasil é visto por muitos como a terra das oportunidades, vem ganhando força a vinda de estrangeiros sul-americanos. Este ti-

po de migração foi potencializado após a entrada em vigor do Acordo de Residência do MERCOSUL e da anistia concedida a migrantes que residiam irregularmente no Brasil, ambos em 2009.

Este movimento migratório encontra dificuldade quanto aos agentes públicos implantarem, de forma eficiente, o Acordo de Residência e pela morosidade do sistema de concessão de vistos, especialmente na cidade de São Paulo, onde há uma maior concentração de migrantes sul-americanos, o que faz com que muitos deles se encontrem em regime de trabalho análogo ao escravo.

Ainda que a legislação que trata dos migrantes nos países do MERCOSUL esteja em um processo de humanização, no Brasil há muito que se fazer ainda para que os migrantes que aqui chegam possam viver em igualdade de condições com os nacionais.

OS HAITIANOS

A recente vinda de migrantes haitianos é um fenômeno de destaque na história das migrações no Brasil e ainda requer das autoridades e dos órgãos de tratamento das migrações (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério de Relações Exteriores e CNIg - Conselho Nacional de Imigração) uma atenção especial e um acompanha-

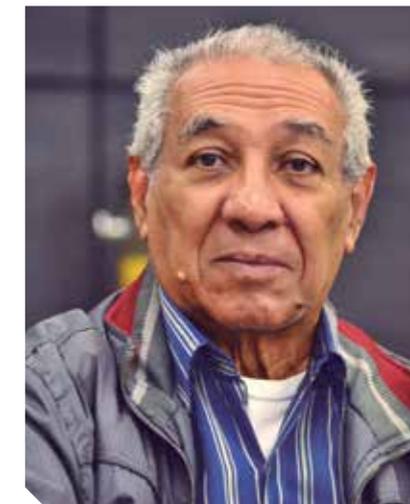
mento em tempo real do deslocamento desses imigrantes no Brasil.

A partir de 2010, haitianos começaram a entrar pela fronteira norte do País, principalmente pelas cidades de Tabatinga, no Amazonas, Brasília e Assis Brasil, ambas no Acre, fazendo com que esses locais decretassem situação de emergência.

Com isso, muitos haitianos foram deslocados para diversas regiões do País sem contratos de trabalho, moradia ou dinheiro. São Paulo foi o principal destino, mas muitos passaram a viver, em condições precárias, amparados por igrejas ou entidades de auxílio, morando nas ruas e fazendo bicos para sobreviver ou aguardando ajuda da prefeitura para conseguir documentos e emprego formal.

É clara a necessidade de ampliar a discussão sobre os trabalhadores migrantes, seja no âmbito regional ou nacional, até para dar voz a essas pessoas, pois este é um problema que está longe de ser isolado, reiterando que esta é uma realidade à qual as legislações nacionais devem se adaptar.

É um contrassenso um país que, em sua construção, contou com o auxílio e dedicação de migrantes, hoje negar-lhes os direitos mais fundamentais, como o de ir e vir e o de decidir o futuro do País em um processo de eleições. Há migrantes que estão no Brasil há décadas e nunca



Valdir Vicente de Barros

podem sequer decidir por representantes locais, quanto mais participar na eleição de governadores ou presidente da República. Este é um ponto crucial para empoderar os nossos irmãos migrantes e contribuir assim para o desenvolvimento deste País tão rico em sua diversidade cultural e que sempre contou com uma contribuição fundamental dos migrantes.

Vivemos em um mundo onde as grandes corporações multinacionais ditam o ritmo das economias em muitos países e, para equilibrar a balança, é importante que os trabalhadores do mundo possam ter condições iguais de discutir estratégias de defesa para seus direitos.



Imagem: Haitianos no Acre (jpg) (thumb) 180px | Legenda

SEGURANÇA ACIMA DE TUDO

UGT e CONTEC ampliam ações que visam melhorar a segurança nas agências bancárias e reforçam que em muitas regiões as instituições financeiras não estão cumprindo a legislação que busca proteger funcionários e usuários

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio de sua Secretaria para Assuntos de Finanças e Crédito, ao longo dos anos vem intensificando ações que têm como objetivo aumentar a segurança nas instituições bancárias focando o bem estar e a integridade de trabalhadores e de usuários.

Esta não é uma tarefa das mais fáceis, uma vez que os bancos não estão respeitando as legislações que visam promover melhoria no sistema de segurança das instituições, como, por exemplo, a instalação de biombos nos caixas, monitoramento das áreas externas e proibição do uso de celular no interior das agências.

Em muitos municípios, as instituições bancárias simplesmente ignoram essas normas e fazem com que os sindicatos exijam das prefeituras a aplicação das sanções já previstas em caso de descumprimento da Lei.

Mesmo assim, segundo a Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV), os ataques a bancos aumentaram 16,36% em 2013 em todo o País, chegando a 2.944 ocorrências, uma média de 8,06 casos por dia, sendo 859 assaltos, incluindo sequestro de bancários ou vigilantes, o que representa 11,99% a mais em relação aos casos registrados em 2012.

Quando essa avaliação é feita com as ocorrências de arrombamento a agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos, os números impressionam, já que foi registrado um crescimento de 18,26% quando comparados aos anos de 2012 e 2013. Outro dado importante e que precisa ser levado em consideração é que os ataques acontecem, principalmente, em pequenas cidades ou municípios afastados das grandes capitais, locais onde o policiamento é precário, o que facilita a ação das quadrilhas.



Atenta a esses dados, a Secretaria para Assuntos de Finanças e Crédito da UGT, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), apresenta todos os anos, durante as campanhas salariais, reivindicações que visam aumentar a segurança nas agências bancárias, tais como: instalação de portas giratórias antes do autoatendimento, vidros blindados, guarda da chave do cofre por empresas de segurança, monitoramento em tempo real das câmeras de vigilância, entre outras medidas.

Em fevereiro deste ano, a UGT protocolou um ofício junto à Superintendência da Polícia Federal de São Paulo relatando esses problemas e solicitando que o superintendente exija da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) que as instituições bancárias cumpram os planos de segurança e também a legislação vigente, seja ela municipal, estadual ou federal.

Essas são medidas de suma importância que visam proteger a classe trabalhadora e os usuários, que são o maior patrimônio que as instituições bancárias podem ter.



Edson Roberto dos Santos, secretário para Assuntos de Finanças e Crédito da UGT nacional

MOVIMENTO SINDICAL PERDE UM GRANDE GUERREIRO

Em julho deste ano, a luta pela ampliação e conquista de direitos para trabalhadores e trabalhadoras do setor bancário perdeu um de seus mais assíduos militantes – Arnaldo de Souza Benedetti, que faleceu, mas deixou um legado fundamental para o processo de valorização da classe trabalhadora brasileira.



Benedetti atualmente era presidente do Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto e Região, presidente em exercício da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Feb SP-MS), presidente do Instituto de Promoção Social (IROS-SP), vice-presidente da Federação Latino-Americana de Trabalhadores Bancários e Securitários - Montevidéu/ Uruguai (FELATRABS) e sempre teve atuação de destaque em vários órgãos e entidades trabalhistas.

Segundo Antonio Carlos Reis, o popular Salim, Benedetti foi muito importante na criação e fundação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), abrindo mão de prerrogativas em defesa da unidade.

Na UGT, o sindicalista já esteve à frente da Secretaria de Relações Internacionais, o que o conduziu ao cargo de Membro do Conselho Administrativo da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

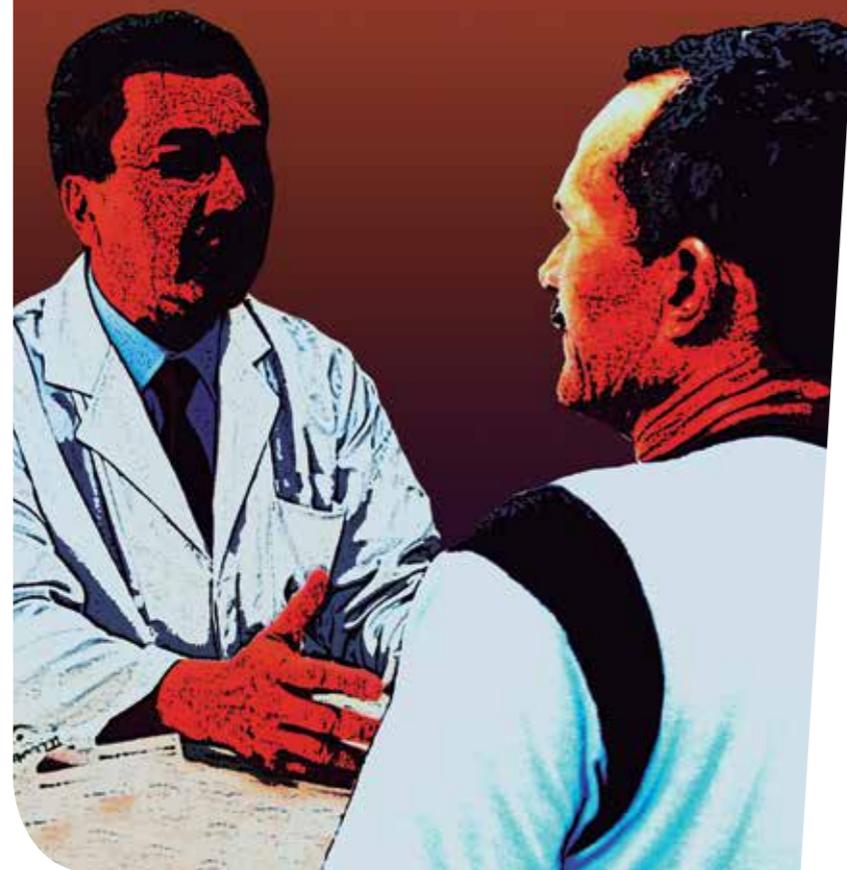
Em 2011, foi eleito Secretário Nacional de Formação da UGT e assumiu o posto de membro suplente do Conselho Executivo da CSA (Central Sindical para os/as Trabalhadores/as das Américas - São Paulo/Brasil). Seu empenho na luta pelos direitos trabalhistas sempre foi reconhecido e merecedor de grande destaque, levando-o a atuar como superintendente do Instituto Previdenciário Municipal de Ribeirão Preto (IPM).

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Direito, Contabilidade e Jornalismo, era casado, pai de três filhos, avô de duas netas e, em dezembro próximo, iria completar 69 anos.

Seu falecimento representa uma grande perda para o movimento sindical brasileiro, mas sua história de luta torna-se um marco para a organização da classe trabalhadora que busca, além de ampliar direitos trabalhistas, contribuir para a construção de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de uma sociedade mais justa e igualitária.

CAMPANHA PELA SAÚDE DO HOMEM

O câncer de próstata é a segunda maior causa de mortes. Em 2014, estima-se o surgimento de 68.800 novos casos no Brasil



Com a campanha, a UGT-RJ busca quebrar o preconceito, que, para a saúde masculina, é o principal vilão no tratamento do câncer de próstata e outras enfermidades

vida do homem, a UGT-RJ pretende levar à população em geral mais informação e esclarecimentos sobre o quantitativo de enfermidades que afetam o sexo masculino. As mulheres, companheiras, filhas e mães têm, neste sentido, um importante papel, enquanto incentivadoras da prevenção da saúde do homem.

Em 2013, o Ministério da Saúde publicou a Portaria Nº 2.773, que determina o repasse de recursos financeiros para o “fortalecimento e/ou aperfeiçoamento de iniciativas prioritárias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Considerando o disposto na Portaria do Ministério da Saúde, a UGT pretende promover o incentivo à elaboração e encaminhamento de políticas públicas para o combate a doenças masculinas. Da mesma forma, propor que o sistema de saúde pública capacite profissionais para o atendimento ao trabalhador, ampliando, ainda, a oferta de medicamentos para tal fim.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do homem, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ), por meio de seu secretariado e de sindicatos filiados que atuam na área de saúde e segurança do trabalho, desenvolveu o projeto “Novembro Azul UGT”.

A ideia é lançar uma campanha nacional no Dia Internacional do Homem (19 de novembro), chamando a atenção dos trabalhadores, trabalhadoras e população em geral para a necessidade de maior atenção com o tema.

A iniciativa surgiu a partir de pesquisas indicativas do grande número de enfermidades que comprometem a saúde do sexo masculino, dentre elas as do coração, as cérebro-vasculares, dos pulmões, obesidade, diabetes e do aparelho reprodutor.

Responsável pelo segundo maior índice de mortalidade de homens (o primeiro é o câncer de pele), o câncer de próstata é um dos grandes vilões da saúde masculina. Estudo do Instituto Nacional do Câncer (Inca) prevê o surgimento de 68.800 novos casos em 2014 (veja tabela). Tais valores, indica o Instituto, correspondem a um risco estimado de 70,42 casos a cada 100 mil homens.

O PRECONCEITO E A NÃO PREVENÇÃO

Na opinião de Nilson Duarte Costa, presidente da UGT-RJ e de uma das entidades sindicais que agrega um elevado contingente de operários (o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada – Sitraicp), o fato de vivermos numa sociedade machista resulta no preconceito que impede o homem de realizar os exames preventivos com a frequência necessária. “Este é o grande obstáculo no tratamento do câncer e de outras enfermidades. Precisamos quebrar os tabus da masculinidade se quisermos viver mais e melhor”, garante.

Mas nem tudo está perdido e o quadro parece que, timidamente, vai se revertendo. Segundo a psicóloga Janaína Nascimento Fernandes, secretária adjunta da Saúde e Segurança no Trabalho da UGT-RJ, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”.

“Os homens têm mesmo uma grande resistência em admitir publicamente seus problemas. Então, preferem ir ao consultório reservadamente, com medo de se expor perante os outros.” A profissional acrescentou que o teste

de PSA, exame de sangue preventivo para o homem, ajuda no diagnóstico, mas não é o suficiente, já que homem não tem o hábito de fazer os check ups periodicamente.

Ainda segundo especialistas, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado proporcionam a cura em 90% dos casos de câncer de próstata. Recomenda-se fazer o exame de toque retal a partir dos 45 anos. E, quando há casos na família, aos 40 anos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Além da conscientização acerca da urgente necessidade da adoção de medidas para melhor qualidade de

NOVOS CASOS DE TUMORES EM 2014

| LOCALIZAÇÃO PRIMÁRIA | CASOS NOVOS | % |
|-----------------------------|-------------|-------|
| Próstata | 68.800 | 22,8% |
| Traqueia, brônquio e pulmão | 16.400 | 5,4% |
| Cólon e reto | 15.070 | 5,0% |
| Estômago | 12.870 | 4,3% |
| Cavidade oral | 11.280 | 3,7% |
| Esófago | 8.010 | 2,6% |
| Laringe | 6.870 | 2,3% |
| Bexiga | 6.750 | 2,2% |
| Leucemias | 5.050 | 1,7% |
| Sistema Nervoso Central | 4.960 | 1,6% |
| Linfoma não-Hodgkin | 4.940 | 1,6% |
| Pele melanoma | 2.960 | 1,0% |
| Linfoma de Hodgkin | 1.300 | 0,4% |
| Glândula Tireoide | 1.150 | 0,4% |

Fonte: Estimativa 2014 - Ministério da Saúde/INCA

SETRAB continua em Goiás

UGT-GO e vereador Felisberto Tavares derrubam Projeto de Lei que extinguiria Secretaria do Trabalho

Técnicos da Secretaria Municipal de Goiânia do Trabalho, Emprego e Renda (SETRAB) procuraram a União Geral dos Trabalhadores no Estado (UGT-GO) com o intuito de evitar que o Projeto de Lei 10/14, que trata da reforma administrativa da prefeitura, extinguisse a Secretaria, passando suas funções para o departamento de Indústria e Comércio.

A SETRAB é responsável pela elaboração de políticas públicas focadas no mercado de trabalho, qualificação profissional, geração de emprego, melhoria da distribuição de renda e, conseqüentemente, fortalecimento da economia no Estado por meio da valorização da classe trabalhadora.

Assim, desde o momento em que a UGT-GO foi procurada, uma incansável luta foi travada com o objetivo de manter esta Secretaria que é de fundamental importância para os trabalhadores e trabalhadoras de Goiânia.

Segundo Manuel do Bomfim, presidente da UGT-GO, era inadmissível que um departamento tão importante para a classe trabalhadora fosse pulverizado. “Uma Secretaria que



Presidente da UGT-GO, Manuel do Bomfim (acima), e o vereador Felisberto Tavares (ao lado) na luta contra a extinção e pelo fortalecimento de uma das mais importantes Secretarias do Estado para a classe trabalhadora goiana



tem a missão de promover o trabalho decente no nosso Estado, por meio da geração de emprego e distribuição de renda para a população, precisa ser fortalecida e não extinta”, explica o sindicalista.

Com o apoio do vereador Felisberto Tavares (PT-GO), que não mediu esforços pela manutenção da Secretaria, foi feita uma emenda ao projeto solicitando a conservação da

SETRAB. Esta foi aprovada por unanimidade, mantendo a Secretaria, assim como toda a sua estrutura.

“A Secretaria cumpre uma importante função para a sociedade goianiense, pois, só no ano de 2013, foram atendidos 26 mil trabalhadores, empregados e desempregados, além dos 4 mil jovens que foram encaminhados para o primeiro emprego”, conclui Bomfim.

ZÉ FRANCISCO LANÇA NO PARÁ

FRENTE PARLAMENTAR COMERCÍARIA

Em maio, o Pará fortaleceu a causa dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio no Estado com a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciantes. Com 480 mil trabalhadores, sendo 70% mulheres, a categoria ganha um importante instrumento de luta para, cada vez mais, conquistar direitos.

A sessão de instalação do decreto que instituiu a Frente Parlamentar foi presidida pelo deputado estadual e presi-

dente da União Geral dos Trabalhadores no Estado (UGT-PA), José Francisco de Jesus Pantoja Pereira (Zé Francisco), e contou com a presença de centenas de trabalhadores; do deputado Edmilson Rodrigues, que integra a Frente; do vereador Pio Neto, vice-presidente da Câmara Municipal de Belém; vereador Adelmo Azevedo de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviço de Marabá e representante da Câmara de Vereadores desse município do sudeste paraense; além do diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Lourival Figueiredo Melo; e Carla Daniele do Espírito Santo, diretora do Sindicato dos Empregados no Comércio do Pará.

Zé Francisco, que também é diretor social da CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio) e integrante da diretoria executiva nacional da UGT Brasil, lembrou que os trabalhadores comerciários estão de parabéns pelas inúmeras conquistas no Brasil, como a promulgação da Lei Federal 12.790, que cria a profissão de comerciante com direitos assegurados e horário fixado em 44 horas semanais de jornada de trabalho, e, em especial, no Pará, com lutas que têm alcançado resultados positivos. É o caso, por exemplo, do feito inédito da redução da jornada semanal de 44 para 42 horas semanais e do aumento de 17% no salário de 2014, ao passo que a inflação foi de pouco mais de 6%, tendo o salário profissional passado de R\$ 800 para R\$ 940, além do ticket-alimentação de R\$ 200 – ticket este que não é conquista de todos os comerciantes brasileiros, mas que no Pará está assegurado em acordo coletivo de trabalho.

“Nós, comerciantes do Pará, temos histórico de lutas. Paralisamos por três dias os supermercados de Belém no ano passado e somos o único representante do Norte do Brasil junto à CNTC que participou de todos os debates para que esta categoria tivesse profissão garantida”, enfatizou o deputado.

“Antigamente, comerciante era função e não profissão e, portanto, todos os trabalhadores eram explorados e desempenhavam suas funções ao bel prazer dos patrões e das empresas. Hoje não é mais assim e a Frente em Defesa dos Comerciantes está aqui para acompanhar o que acontece. Ainda há muita coisa a ser feita e debatida, principalmente no que diz respeito ao desvio de função, entre outras práticas”, finalizou Zé Francisco.



Graças às ações promovidas por Zé Francisco, Pará dá um importante passo pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras no comércio do Estado



A CHEGADA DE NOVOS FILIADOS CONSOLIDA O CRESCIMENTO DA UGT

A Central, que em julho completou sete anos de existência, vem se destacando pelo constante crescimento de entidades filiadas. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam a UGT como a central que mais ganhou espaço no movimento sindical nos últimos anos. Em dezem-

bro de 2010, a UGT contava com 7,89% dos trabalhadores sindicalizados filiados à Central. Em dezembro de 2013, a representatividade da UGT saltou para 11,92%, praticamente se igualando à central que ocupa a segunda posição.

Algumas lideranças explicam por que optaram pela UGT. "Temos acompanhado o trabalho das cen-

MOTORISTAS E COBRADORES DE SÃO PAULO, ALIMENTAÇÃO DE RONDÔNIA, SERVIDORES PÚBLICOS DO AMAZONAS, TAXISTAS DO MATO GROSSO DO SUL, FRENTISTAS DE CAMPINAS, ASSEIO DE CURITIBA, ALIMENTAÇÃO DE RIO VERDE-GO, POLICIAIS FEDERAIS DO PARANÁ, GUIAS TURÍSTICOS DA BAHIA. ESSAS SÃO ALGUMAS DAS CATEGORIAS QUE RECENTEMENTE SE FILIARAM À UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES.

trais em nosso estado e, após várias reuniões deliberativas da nossa diretoria e com o aval da nossa assembleia geral, optamos pela UGT e pelas bandeiras e ações que estão sendo desenvolvidas em nosso estado. Além disso, nossa federação (FESMEPAR) já é filiada à UGT, que oportuniza espaços para seus filiados, sem distinção de categoria",



De norte a sul do País, UGT se fortalece e multiplica sua concepção em relação à construção de um sindicalismo moderno, ético e inovador



concluiu a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Medianeira (PR), Ezalda Glair Drehmer de Lara.

O presidente do Sintaxi de Mato Grosso do Sul, Bernardo Martin Barrios, manifestou sua alegria em entrar nos quadros da UGT porque vai de encontro à sua postura diante dos novos desafios de presidir uma entidade do tamanho do Sintaxi. Ele pretende adotar um novo modelo de administração com ações que contemplem os anseios da categoria.

Marlene Gomes da Silva, presidente do SIEMACO/Cascavel, falou da opção de se filiar à UGT. "Após conversarmos com a nossa diretoria, vimos que as propostas e a linha de ação da UGT são as que mais vêm de encontro aos anseios da nossa categoria. Além disso, a UGT se consolidou como a central sindical dos trabalhadores do setor de serviços, que é o segmento que mais gera empregos em nosso País. Nada mais justo do que estarmos numa central que defenda nossas bandeiras de luta", finalizou a mais nova filiada.

O presidente do SINPEF/PR, Fernando Vicentine, que também acu-

mulará a presidência do Fórum Paranaense pela Segurança Pública, destacou o excelente trabalho que a UGT vem realizando em todo o território nacional. "A nossa filiação à UGT foi fruto de debates entre nossa diretoria e associados. Acompanhamos em especial o trabalho dos parlamentares que são dirigentes da UGT, dos quais destacamos o deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP) e Ademir Camilo (PROS/MG), que lideram a frente parlamentar em defesa da polícia federal, apoiando as lutas da nossa classe. Por isso, decidimos que esse é o momento de somarmos nossos esforços e darmos a nossa colaboração para o fortalecimento da UGT em nosso estado", disse Vicentine.

"A vinda do Sintra-Intra e de muitos outros sindicatos à nossa Central Sindical é uma prova de que estamos buscando sempre a defesa da classe trabalhadora, em todos os setores da economia. Vários outros sindicatos concluíram seu processo de adesão recentemente e outros já estão em processo de filiação. A expectativa é que, até 2015, a UGT-RO seja integrada por aproximadamen-

te 40 sindicatos, representando as mais diferentes atividades do comércio, indústria, agricultura e serviços profissionais e servidores municipais do estado de Rondônia", afirmou o presidente da UGT-RO, Francisco Lima.

A UGT vem crescendo em diversas partes do País e, em alguns Estados, já ocupa a primeira posição no ranking das centrais, como é o caso do Paraná, onde agrega mais de 190 sindicatos filiados, das mais diversas categorias profissionais. "Desde sua fundação, a UGT vem promulgando a prática sindical cidadã, com ética e inovação. Em nosso quadro associativo estão presentes as mais modernas correntes do pensamento sindical, sem estarmos atrelados a uma categoria específica ou a partidos políticos", destaca o presidente da UGT-PR, Paulo Rossi.

Em São Paulo, o crescimento também vem se consolidando. Segundo o coordenador da regional de Presidente Prudente, Lucrécio de Alencar Castelo Branco, com cerca de 14 sindicatos filiados, a UGT já é a maior central desta região do interior do estado.

UGT-ES NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE PRECONCEITO



Da direita para a esquerda, Samir Oliveira, Aline Hrasko, Alexandro Rodrigues e Marcos Roberto Alves Corrêa

GEPS/UFES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania da UFES. “Essa parceria com a UFES nos dá as bases teóricas e filosóficas para consolidarmos nossa ação de luta”, resume Marcão.

O professor doutor Alexandro Rodrigues, diretor de Departamento de Direitos Humanos da Pró-reitoria da UFES e coordenador do GEPS, visitou a UGT/ES junto com o casal Aline Hrasko, cantora e sindicalista, e Samir Oliveira, artista plástica. Na oportunidade, mais uma “roda de conversa” sobre sexualidade e movimentos sociais organizados. Para o professor Alex, “o descobrir-se negro ou homossexual é um despertar, e esse despertar é infelizmente doloroso. No caso da homossexualidade, com um sério agravante, que é a falta de cumplicidade e afeto no seio familiar. É necessário se conhecer, se aceitar e compreender o outro. Primeiro, eu preciso me compreender como sujeito político, e daí sim partir para o enfrentamento no campo da macro-política”. E complementa: “Pensar a sexualidade é uma tarefa das instituições, dos espaços de formação. Sexualidade tem que ser discutida desde a educação infantil até os pós-doutorados. Para superar o preconceito e a discriminação, é necessária a democratização da informação e dos processos educativos de empoderamento”.

Nesse contexto, Samir e Aline se definem como “militantes do cotidiano” em suas lutas diárias pela “naturalização das relações homoafetivas”. Não fazem parte de grupos ou partidos e são taxativas: “Nosso problema de sexualidade está resolvido e temos que assumir isso para a sociedade. Nós nos amamos e temos o direito de viver e compartilhar esse amor com liberdade. Por isso não aceitamos ser agredidas ou ofendidas. Não estamos agredindo ou ofendendo ninguém!”. Para as meninas, também só uma educação



esses segmentos são afetados, guardadas suas particularidades, pela relação de poder e opressão. A educação e a compreensão do outro são o caminho para nos empoderarmos e darmos fim a isso”, diz Marcão, secretário para Movimento Negro e Diversidade Humana da UGT/ES.

Sem dúvida, a aproximação da Secnegros/UGT/ES com a UFES resultou numa feliz parceria que se concretiza no Grupo ARAKORÍN (palavra em yorubá, que significa corpo canta), que integra o projeto de extensão “Sons e Saberes” do NEAB – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UFES, e ainda por meio do

sem preconceitos e democrática pode de fato garantir o conhecimento e o poder necessários para se aceitar o outro. Isso é cidadania plena.

CONTRA O EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS



Juventude ugetista unida para fortalecer ações voltadas para a diversidade humana

Luta boa é a unificada e compartilhada! Com esse princípio, a UGT/ES vem se destacando também pela sua Secretaria da Juventude, que tem em sua titularidade o jovem sindicalista Gutemberg Evangelista Guedes, padeiro e diretor do SINTRA-MASSAS/ES. Porém, Gutemberg faz questão de frisar que a Secretaria da Juventude trabalha como uma coordenação coletiva da qual fazem parte ainda os também jovens sindicalistas Thiago Elias Tognere e Isaque Silva de Almeida. Para o trio aguerrido, o desafio é grande, mas a disposição para a luta é ainda maior. “Acabar com essa vergonha brasileira que é o extermínio de jovens negros e pobres é nosso maior desafio. E temos certeza que isso só será possível com investimentos sérios em educação, profissionalização desses jovens que são vítimas de um siste-

ma discriminatório e opressor. A UGT/ES está fazendo a sua parte. Eu, Thiago e Isaque propusemos a criação do Conselho Estadual de Juventude e, conseqüentemente, dos conselhos municipais. O atual governador Renato Casagrande acatou a proposta. Compusemos esses conselhos e lá, junto com outras entidades da sociedade organizada, estamos discutindo, elaborando e propondo políticas para a juventude”, explica Gutember Guedes. É assim, organizando a base e provocando as instituições, que a luta da juventude ugetista capixaba se destaca. Isso sem perder o foco de despertar as

consciências dos jovens trabalhadores para a necessidade de sindicalização e participação.

MINHA CASA, MINHA VIDA

A Secnegro, em parceria com a Associação Habitacional Comunitária do Espírito Santo, filiada à UGT-ES, está habilitada pelo Ministério das Cidades está desenvolvendo projetos para construção de casas populares no estado do Espírito Santo.

A Secnegros é coordenadora desse projeto nos municípios de Vila Velha e Serra, onde o recorte para o povo negro e pescadores está garantido na distribuição das casas populares.

Ações da Secnegros/UGT/ES

- Participação no Coletivo de Mulheres Negras do Espírito Santo;
- Participação no Conselho da Juventude com a Juventude de Matriz Africana;
- Atividades de rua no Dia da Abolição;
- Atividades na luta contra a violência contra as mulheres;
- Criação e coordenação do FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS;
- Parceria com o Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo - IASES (capacitação do menor reeducando para sua inserção no mercado de trabalho);
- Participação no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do Espírito Santo;
- Conselho do Negro na cidade de Vitória;
- Parceria com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades - GEPSU-UFES, para discussões da temática dentro da Secretaria;
- Participação ministrando aulas no grupo ARAKORÍN (palavra em yorubá que significa corpo canta), que integra o projeto de extensão “Sons e Saberes” do NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UFES;
- Proposição de projeto “SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”, entregue ao Governo do Estado;
- Parceria com a Defensoria Pública do Estado para criação do Grupo de Promoção de Igualdade Racial dentro daquela Instituição, para o embate da discriminação e racismo institucional e sua nuances;
- Participação no Fórum do Trabalhador;
- Participação com alguns grupos de capoeira local;
- Participação em algumas entidades religiosas de matriz africana, tendo a participação na suas regularizações e ações.

ARI GEORGE, PRESIDENTE DA UGT-ES, PROPÕE SALÁRIO MÍNIMO CAPIXABA AO GOVERNADOR RENATO CASAGRANDE



Seguindo a orientação da UGT nacional, a UGT/ES apresentou uma pauta de ações e políticas públicas para melhorar a vida do trabalhador e da trabalhadora capixabas ao governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Dentre as propostas, a criação do salário mínimo capixaba; a criação da Universidade Estadual do Espírito Santo em módulos e de acordo com as potencialidades econômicas de cada região, em especial ao sul capixaba, visando sua recuperação socioeconômica; criação da Delegacia de Crimes Raciais e ampliação das Delegacias da Mulher e do Trânsito; Criação do Fórum Permanente da Diversidade Humana Capixaba; reestruturação da Secretaria do Trabalho, com a criação das subsecretarias da Pesca e Aquicultura e da Agricultura Familiar. O governador recebeu a pauta e se comprometeu a avaliar as propostas com a UGT/ES.

REGIONAL NOROESTE DA UGT-PARANÁ REALIZA PLENÁRIA

Mais de 200 lideranças sindicais, comunitárias e parlamentares participaram da 2ª Plenária da Regional Noroeste da UGT-Paraná realizada em Maringá (PR), na sede do SINCOMAR (Sindicato dos Comerciários de Maringá), filiado à UGT, no dia 25 de julho.

Além de questões específicas da regional, os participantes debateram temas relevantes para a cidadania: a questão da violência contra as mulheres e os desafios e perspectivas com a nova fase de imigração no Brasil. Para as palestras, foram destacados a escritora da Delegacia da Mulher de Paranaíba, Vanessa Rocha Marques, e o advogado trabalhista Walter de Souza Fernandes.

O presidente da Regional Noroeste da UGT-Paraná e do SINCOMAR, Leocides Fornazza, abriu os trabalhos apresentando as lideranças da UGT estadual, das regionais Litoral, Norte e Oeste, e os representantes do legislativo municipal de Maringá e região. "Com a realização dessa segunda plenária, a Regional Noroeste da UGT-Paraná reforça os princípios de cidadania de nossas lideranças sindicais", destacou Léo.

O presidente da regional lembrou que, ao debater temas relevantes às mulheres e aos imigrantes, a UGT cumpre com seu papel de praticar um verdadeiro sindicalismo cidadão, ético e inovador. Ele lembrou ainda do grande número de imigrantes que estão sendo levados ao noroeste paranaense. "Muito além de debater esses temas, as centrais sindicais e os poderes públicos têm de determinar ações eficazes no combate à violência contra as mulheres. Outra questão preocupante é quanto ao grande número de imigrantes que o Brasil vem acolhendo. Não podemos deixar que esses trabalhadores sofram com ações de empresários aproveitadores e passem a viver em condições análogas ao trabalho escravo, em especial os mais de 3 mil haitianos e bengaleses que vieram para nossa região nos últimos meses."



A Secretaria da Mulher da UGT-PARANÁ vem promovendo debates sobre a questão de gênero em todas as regionais

O presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi, lembrou aos presentes

da importância das lideranças sindicais no processo eleitoral 2014. "Todos nós, líderes sindicais, temos de levar às nossas bases os nomes dos candidatos comprometidos de fato com a agenda trabalhista, seja ela estadual ou nacional. Temos de mostrar quem são os candidatos oportunistas, que fazem do processo eleitoral um verdadeiro 'balcão de negócios'", disparou Rossi.



"Antes, quem batia em mulher era covarde, agora é criminoso", disse a gerente do CRAMM, Juciana de Souza Correa

"As centrais sindicais têm de estar atentas ao processo migratório no Brasil", destacou o advogado Walter de Souza Fernandes



SINECOFI: COMERCIÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU REELEGEM ZÉ CARLOS



todos os comerciários que acreditam e se identificam com nossa gestão. Esse expressivo resultado nos dá a certeza de que contamos com o apoio da categoria para continuar nossa luta ao lado dos empregados por melhores condições de trabalho e por uma sociedade cada vez mais justa e igualitária", afirmou.

Para o secretário-geral adjunto da UGT, Avelino Garcia Filho, presente no pleito, "a categoria deu mais uma demonstração de participação ativa". "Esse senso de responsabilidade de ir às urnas e decidir pelo que considera melhor para a condução das lutas e reivindicações é uma marca dos comerciários. O Sinecofi é um exemplo de entidade sindical a serviço dos comerciários", avaliou.

Após dois dias de processo eleitoral, acompanhados por dirigentes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Secretariado Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Sentracos), o sindicalista e vereador José Carlos Neves (Zé Carlos) foi reeleito à presidência do Sindicato dos Comerciários de Foz do Iguaçu (Sinecofi). A votação foi realizada nos dias 26 e 27 de junho.

O processo eleitoral reafirmou a necessidade de dar continuidade ao trabalho que Zé Carlos e sua diretoria já promovem. Com a aprovação de 98,57% dos votos válidos, com quórum eleitoral de 72% dos associados aptos a votar, o pleito consolidou o

trabalho da diretoria e mostrou o quanto a categoria está satisfeita. "Agradeço o voto de confiança de



Vereador José Carlos Neves (esquerda) e Avelino Garcia Filho, secretário-geral adjunto da UGT

A importância de se eleger candidatos comprometidos com a classe trabalhadora

A investida sobre os direitos sindicais, trabalhistas, previdenciários e dos servidores públicos deixou claro que, sem retaguarda no Congresso, não há como evitar retrocessos, muito menos avançar nas conquistas de novos direitos para estes segmentos.

Na eleição para o Congresso – seja mediante candidatura própria do movimento sindical (trabalhador, servidor público ou aposentado), seja por intermédio de candidatos comprometidos com suas causas (os movimentos sociais, em geral, e o sindical, em particular) – é preciso um envolvimento direto dos trabalhadores e suas organizações no sentido de eleger uma bancada comprometida com seus pleitos e lutas.

A campanha eleitoral é uma oportunidade ímpar que têm as entidades e os trabalhadores, aposentados e servidores para a divulgação e popularização da importância, necessidade e conveniência de ampliação e preservação das conquistas trabalhistas, sindicais, previdenciárias e sociais.

No processo eleitoral, além da defesa dos direitos e interesses, os candidatos dos trabalhadores poderão dar grande contribuição, defendendo, por exemplo, a ampliação dos espaços de diálogo e governança participativa como forma de legitimar as políticas públicas e colaborar para o desenvolvimento econômico e social do País com a criação de emprego e distribuição de renda.

O fato de os trabalhadores terem avançado em alguns direitos e evitado retrocessos em outros, nos últimos anos, foi mérito, em grande medida,



da bancada sindical no Congresso. Projetos sobre terceirização em bases precarizantes, simples trabalhista, prevalência do negociado sobre o legislado, flexibilização de direitos, restrição ao direito de greve no serviço público, entre outros, só não se transformaram em lei pela resistência do movimento sindical em geral e da bancada dos trabalhadores em particular, que pressionou o Congresso e o Poder Executivo para não apoiarem essas matérias.

Na eleição de 2014, é fundamental o fortalecimento e ampliação da bancada sindical. Sem uma bancada grande e comprometida com os pleitos dos trabalhadores e das entidades sindicais, dificilmente será possível aprovar temas como a redução da jornada, eliminar os efeitos perversos do Fator Previdenciário e garantir a proteção contra a despedida imotivada, entre outros pontos de interesse

dos trabalhadores. O movimento sindical precisa contar com representantes no Congresso Nacional.

Na legislatura que termina em janeiro de 2015, a bancada sindical conta com 91 representantes, sendo 83 deputados e oito senadores, enquanto a bancada empresarial conta com 273, praticamente o triplo. Se não houver um esforço na campanha para ampliar a bancada sindical, o governo terá dificuldade de resistir à pressão empresarial, que cresce de eleição para eleição.

O desafio das entidades e das lideranças sindicais, portanto, é contribuir para conscientizar os trabalhadores-eleitores sobre a importância de eleger representantes identificados com seus pleitos, aspirações, reivindicações e interesses, porque, do contrário, não terá quem os defenda da investida patronal contra as entidades sindicais de trabalhadores e os direitos trabalhistas, previdenciários e dos servidores públicos. Nem o futuro governo, caso defenda os trabalhadores, terá como resistir à pressão patronal.



Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap

MANIFESTAÇÕES APRESENTAM UM NOVO CENÁRIO NA POLÍTICA BRASILEIRA



Quando a população vai para as ruas e cobra de seus representantes a solução para os principais problemas da sociedade, seja numa dimensão regional ou federal, isso expressa o que há de mais importante na democracia brasileira: a liberdade para reivindicar e lutar pela ampliação de direitos – é o que explica Otto Roberto Mendonça de Alencar (PSD-BA), candidato ao Senado pelo Estado da Bahia, em entrevista à Revista da UGT.

Otto Alencar é médico especializado em medicina do trabalho e saúde ocupacional. Nascido no município de Rui Barbosa, na Chapada Diamantina, ainda com 11 anos precisou se mudar para Salvador para concluir o 2º grau e prestar vestibular para a faculdade de medicina, que cursou na Universidade Federal da Bahia.

Na vida pública desde 1985, dr. Otto já foi governador, deputado estadual, secretário de Saúde e, atualmente, é vice-governador da Bahia. “Um país como o Brasil não pode mais continuar com uma legislação ultrapassada”, afirmou o candidato, que é defensor das reformas, principalmente a do Código Penal, que é de 1940.

Dr. Otto falou qual a importância das manifestações pacíficas para a política brasileira e como as reivindicações apresentadas nos atos podem pautar positivamente as eleições de outubro.

Revista UGT: Ao seu ver, as manifestações de junho de 2013 podem representar um amadurecimento político de nossa sociedade?

Otto Roberto Mendonça de Alencar: Eu creio que sim. Ao fazer suas reivindicações de maneira ordeira e pacífica, a população contribui muito para a democracia e para mostrar o que deve ser aprimorado e mudado no Brasil, colocando para os governantes, sejam eles prefeitos, governadores ou presidentes da República, um grande desafio de atender as necessidades e anseios da sociedade de forma rápida e eficiente.

UGT: Muitas das reivindicações já estavam na pauta sindical e constavam da luta dos trabalhadores. Mesmo assim, nas manifestações, a população não quis que nenhuma entidade os representasse. Por que isso ocorreu?

Otto Alencar: Entendo que foi por conta da falta de credibilidade que, por exemplo, o Congresso Nacional passa para a população, uma vez que,

depois de tantos escândalos, a sociedade passou a nivelar por baixo todas essas instituições, partidos e os políticos. Isso é ruim porque acaba tirando da vida pública pessoas sérias e que poderiam contribuir muito para o crescimento do País.

UGT: Em entrevista recente, o senhor se definiu como aspirante à reformista. Como avançar com essas questões que encontram grande resistência em todas as esferas governamentais?

Otto Alencar: Realmente existe resistência tanto no Senado quanto na Câmara, mas um país como o Brasil não pode mais continuar com uma legislação ultrapassada. Na área penal, por exemplo, só vemos algo ser feito quando acontece um caso de comoção nacional. Depois disso, são aprovadas as emendas, que servem apenas como ações paliativas e que não resolvem os problemas.

UGT: Qual a importância de se eleger candidatos comprometidos com a classe trabalhadora?

Otto Alencar: Justamente avançar com as pautas de luta da população que encontram essa resistência no Senado e na Câmara. Pessoas comprometidas com a população são importantes, principalmente quando se tem um contato direto com sindicatos e centrais sindicais, que são instituições diretamente ligadas à classe trabalhadora e que podem detectar as necessidades e os anseios em cada região.



“UM PAÍS COMO O BRASIL NÃO PODE MAIS CONTINUAR COM UMA LEGISLAÇÃO ULTRAPASSADA”

Otto Alencar



É TEMPO DE MUDANÇA

Manifestações populares só terão valido a pena se em outubro acontecer uma verdadeira revolução nas urnas

Para a população brasileira, 2014 é um ano especial, não só por conta da realização da Copa do Mundo, mas também porque, depois das manifestações que aconteceram em junho de 2013, a sociedade aprendeu a falar abertamente de política, que até então era um assunto tido como tabu e que, erroneamente, achavam que não interferia na vida das pessoas.

As reivindicações, que há muito tempo já eram feitas pelos movimentos sindical e social brasileiro, passaram a ser feitas pela população em geral e, inevitavelmente, acenderam a luz de alerta para os políticos que sempre legislaram em causa própria ou em prol dos interesses de uma minoria elitizada.

Temas como mobilidade urbana, saúde, educação e moradia ecoaram em meio aos gritos de rejeição às entidades de todas as esferas governamentais e sociais, o que refletiu a insatisfação popular que clamou e clama por mudanças.



Isso tudo mostrou que o Brasil está vivendo um novo cenário político, em que as pessoas descobriram que a internet é um território livre, sem hierarquia, e que as redes sociais são poderosas ferramentas de mobilização de massa.

Esta realidade representa o que podemos ter de melhor na nossa democracia, já que, desta forma, a população passa a ter voz ativa e está sendo ouvida por camadas da sociedade que, até então, nunca imaginariam alcançar.

A partir de agora, fica uma expectativa para saber como será o processo eleitoral que acontece em outubro, já que é de conhecimento público que todas as manifestações somente serão válidas caso aconteça uma mudança no quadro político dos municípios, estados e federação.

Nessa dança das cadeiras, eleger pessoas comprometidas com a classe trabalhadora, que tenham os mesmos interesses públicos, é fundamental para o desenvolvimento econômico do País. Desenvolvimento que tenha como foco a melhor distribuição de renda, justiça e inclusão social, valorização da classe trabalhadora e que resolva, definitivamente, os diversos problemas encontrados nas cidades brasileiras e que são velhos conhecidos de todos, como a má qualidade dos serviços prestados pelos estados e municípios para a população, apesar dos altos impostos e os recordes de arrecadação.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), com a proposta de praticar uma luta diferenciada e que dê ao movimento sindical uma presença maior em todos os setores que afetem diretamente os trabalhadores brasileiros, acredita que sindicatos e centrais têm um papel fundamental para esse processo, já que, principalmente nesta última década, as ações da classe trabalhadora organizada ultrapassaram as barreiras que as restringiam apenas às atividades que envolviam o capital e trabalho. “Hoje é impossível que o movimento sindical lute apenas pelo aumento de salários e pela redução da carga horária, quando tudo o que envolve a nova ordem econômica e social do País e do mundo tem consequências diretas na vida do trabalhador. Por isso, eleger pessoas vindas dos movimentos sindical e social é dar um passo importante para o fortalecimento das bancadas trabalhistas e para a construção de sociedades mais justas”, explica Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

A central que mais cresce no Brasil!



JUNTE-SE A NÓS! VENHA PARA A UGT!

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

UGT

BRASIL

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

RICARDO PATAH, presidente

UGTs ESTADUAIS

Regiões



Norte

ACRE

Presidente: Maria Altinizia Santos Santana

Rua Minas Gerais, 412 - CEP: 69900-315 - Centro - Rio Branco/AC
Tels.: (68) 3224.3471 / 8401.1600 / 8402.5009 - E-mails: ac@sinttelacre.com / tinamaria@brturbo.com.br

AMAZONAS

Presidente: Nindberg Barbosa dos Santos

Rua Tarumã, 779 - CEP: 69025-040 - Centro - Manaus/AM
Tel.: (92) 3184.8546 - E-mails: ugtamazonas@gmail.com / ningou@uol.com.br
Home Page: www.ugtamazonas.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtam.barbosadosantos

Rondônia

Presidente: Manuel Eraldo de Souza Soares

Rua José Bonifácio, 1149 - Bairro Olaria - CEP: 76801-290 - Porto Velho/RO
Tel.: (69) 3225.5414 - E-mail: ugtrovh@gmail.com

TOCANTINS

Presidente: Célio Mascarenhas Alencar

Quadra 104 Norte - Rua NE 11 - Nº 40 - Plano Diretor Norte - CEP: 77006-030 - Palmas/TO
Tel.: (63) 3215.1052 - E-mail: ugt-to@ugt.org.br / celioalencar@yahoo.com.br
Home Page: www.ugt-to.org.br

AMAPÁ

Presidente: Amiraldo da Silva

Av. Iracema Carvão Nunes, 644 - Centro - CEP: 68900-090 - Macapá/AP
Tels.: (96) 3222.1036 / 3223.5394 - E-mail: ugt-ap@ugt.org.br

PARÁ

Presidente: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira

Av. Gentil Bitencourt, Alameda José Faciola, 262 - Bairro Nazaré - CEP: 66040-180 - Belém/PA
Tels.: (091) 3222.2120 - E-mail: ugtpa@yahoo.com.br

RORAIMA

Presidente: Fabiano Antonio da Silva Xavier

Rua Dr. Rubem Lima Filho, 524 - Cambara - CEP: 69313-335 - Boa Vista/RR
Tels.: (95) 3224.4600 / 3626.2128 - E-mail: siticop-rr@hotmail.com / fabianoxavier2@hotmail.com

Nordeste

CEARÁ

Presidente: Pedro Valmir Couto

Avenida Presidente Castelo Branco, 168 - CEP: 60010-000 - Centro - Fortaleza - CE
Tel.: (85) 3253.1558 - E-mail: ugtce@yahoo.com.br

PARAÍBA

Presidente: Romero Baunilha Neto

R. Rodrigues de Aquino, 14 - Centro - CEP: 58013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3222.5429 - E-mail: ugtpb.paraiba@gmail.com

PIAUI

Presidente: Celso Henrique Barbosa Lima

Rua Magalhães Filho, 941 - Térreo - M Paranguá - CEP: 64.002-450 - Terezina/PI
Tel.: (86) 3223.9719 - E-mail: ugtpi@hotmail.com

SERGIPE

Presidente: Ronildo Torres Almeida

Av. Doutor Carlos Firpo, 284 - Centro - CEP: 49010-250 - Aracaju/SE
Tels.: (79) 3214.0906 / 3211.4216 - E-mail: ugtse79@hotmail.com

BAHIA

Presidente: Magno Rogério Carvalho Lavigne

Rua Maciel de Cima, 02 - Largo Terreiro de Jesus - Pelourinho - CEP 40026-250 - Salvador/BA
Tels.: 3018(71) 3328.0885 - E-mails: secretariaugtba@gmail.com / magnolavigne@gmail.com
Home Page: www.ugtba.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtba

MARANHÃO

Presidente: Weber Henrique Nascimento Marques

Av. Mascarenhas de Moraes - BL 15 - Casa 1 - Bairro Alemanha - CEP: 65.036-810 - São Luiz/MA
Tels.: (98) 3221.2018 - E-mail: ugtmaranhao@hotmail.com

PERNAMBUCO

Presidente: Luiz Gustavo de Pádua Walfrido

Rua da Condição, 381 - São José - CEP: 50020-050 - Recife/PE
Tels.: (81) 3224.6045 - E-mail: ugt.pernambuco@gmail.com - Home Page: www.ugtpe.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: João Maria Pereira dos Santos

Av. Nascimento de Castro, 03 - Galeria Ville - Bairro: Dix Sept Rosado
CEP: 59052-300 - Natal/RN - Tels.: (84) 3213.4919 / 3301.6850 - E-mail: ugtrn@hotmail.com
Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Ugt-Rio-Grande-D-Norte/363914563707105?ref=ts>

Centro-Oeste

BRASÍLIA

Presidente: Isau Joaquim Chacon

Avenida W4 Sul - Sep 707/907 - Lote E - Conjunto C - Edifício San Marino
CEP 70390-078 - Brasília/DF - Tel.: (61) 3225.0227 - E-mail: ugtbrasil@gmail.com
Home Page: www.ugtbrasil.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtbrasil

MATO GROSSO

Presidente: Cledison Gonçalves da Silva

Rua Pedro Dorleu, 349 - Bairro Dom Aquino - 78015-150 - Cuiabá - MT
Tel.: (65) 3641.3076 / 2127.9154 - E-mail: ugtmt@hotmail.com

GOIÁS

Presidente: Manoel do Bomfim Dias Sales

Rua 23, nº 419, Sala 06 - Edifício 28 de Agosto - Centro - CEP: 74015-120 - Goiás/GO
Tel.: (62) 3645.6500 / 3432.0179 - E-mail: ugtgoias@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias

MATO GROSSO DO SUL

Presidente: Fábio Alex Salomão Bezerra

Rua Guaratuba, 27 - Vila Sobrinho - CEP 79110-220 - Campo Grande/MS
Tels.: (67) 3325.8744/0853 - E-mail: ugt-ms2011@hotmail.com

Sudeste

ESPÍRITO SANTO

Presidente: Ari George Floriano de Siqueira

Rua Raimundo Gama Fortaleza, 15, 2º piso, Bairro do Cruzamento/Romão
CEP: 29041-324 - Vitória/ES - Tel.: (27) 3024.1810/1811/1812
E-mails: ugt.es.ugt@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores

RIO DE JANEIRO

Presidente: Nilson Duarte Costa

Rua Camerino, 128 - sala 702 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20080-010
Tels.: (21) 2223.2656 / 2233.7849 - E-mail: ugt-rj@hotmail.com / nilsonduartecosta@ig.com.br
Home Page: www.ugtrj.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugt.riodejaneiro

MINAS GERAIS

Presidente: Ademir Camilo Prates Rodrigues

Rua Carijós, nº 244 - 5º andar, sala 513 - Edifício Walmap - Centro - CEP: 30120-900
Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3222.2631 - E-mail: ugtminasgerais@gmail.com
Home Page: www.ugtminas.org.br

Sul

PARANÁ

Presidente: Paulo César Rossi

Rua 21 de Abril, 315 - Alto da Glória - 80045-160 - Curitiba/PR
Tels.: (41) 3082.5979 / 3082.5989 - E-mail: ugt@ugtparana.org.br
Home Page: www.ugtparana.org.br

SANTA CATARINA

Presidente: Waldemar Schulz Junior (Mazinho)

Avenida Santa Catarina, 1508 - Estreito - CEP: 88075-500 - Florianópolis/SC
Tels.: (48) 3733.4032/4033 - E-mail: sede@ugtsc.org.br - Home Page: www.ugtsc.org.br

RIO GRANDE DO SUL

Presidente: Paulo Roberto Barck

Avenida Farrapos, 1354 - Floresta - CEP: 90220-001 - Porto Alegre/RS
Tels.: (51) 3557.1123 - E-mail: assessoria@ugtrs.org.br / secgeral@ugtrs.org.br
Home Page: www.ugtrs.org.br - Facebook: <https://www.facebook.com/ugtrs>



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL

